

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2015

Aos 09 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta e dois minutos, no grande auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Ana Maria Sousa de Lima Borges • António Toledo Alves • Artur da Câmara Machado • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina dos Santos Mendes Pimentel • Isabel Maria Diniz Berbereia • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • João Manuel Teixeira Salvador • José Fraga Ferreira Machado • José Machado Ferreira dos Santos • Luís Leonel Teixeira Salvador • Marco Paulo Vieira Alves • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba • Paulo Jorge Pimentel da Silva • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Rui Manuel Pacheco Lopes • Salvador da Rocha Lopes • Tânia Gil da Rocha • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Elsa Maria Costa Silva Carvalho Costa • Francisco José Lopes Câmara • Francisco Manuel Leonardo dos Santos • Honorato Bettencourt Lourenço • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa • Péricles Pereira Ortins • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

António Félix Flores Rodrigues • Maria da Graça Amaral da Silveira • Michele Soveta Aguiar • Pedro Miguel de Borba Ferreira.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Câmara Municipal

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel • Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias • Fernando Dias • Guido de Luna da Silva Teles • José Gaspar Rosa de Lima • Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão, sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da 5ª sessão ordinária realizada a 02 de dezembro de 2014 foi aprovada com 35 votos a favor (20 do PS, 11 do PSD, 3 do CDS/PP, 1 do d.m. Independente) e 1 abstenção do CDS/PP.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar, designadamente:

- **Atas e minutas das deliberações das reuniões da Câmara Municipal.**
- **Uma circular sobre o XXII Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses que se realizará no Centro de Conferências de Troia, município de Grândola, nos dias 27 e 28 de março.**

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram quaisquer intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e respetiva vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria de colocar algumas questões relacionadas com um conjunto de edifícios que se encontram abandonados e em ruínas em Angra, como os Celeiros, as antigas instalações da Empresa de Laticínios da Ilha Terceira, junto à Grota do Vale, e o antigo hospital, questões já abordadas na comunicação social pelo senhor presidente da Câmara.

O senhor presidente disse-nos em anteriores reuniões da Assembleia Municipal que haveria a possibilidade de aquisição de um desses espaços com vista ao investimento. Gostaria que nos fizesse o ponto da situação e nos referisse as perspetivas futuras para essas zonas, uma vez que estão em causa questões de saúde pública, de segurança e de urbanismo e a proximidade dos Celeiros à escola Jerónimo Emiliano de Andrade tem sido problemática.

No seguimento de outras notícias vinculadas por si na comunicação social, gostaria que nos dissesse se já estão a ser experimentadas as novas técnicas de calçetamento, nomeadamente na zona do Chafariz Velho, e que expectativas poderemos ter num futuro próximo para a correção das calçadas em Angra.

Gostaria ainda que nos falasse dos contributos da autarquia para o plano de revitalização da Terceira porque, apesar de não se tratar de uma situação tão grave como a da Praia da Vitória, serão várias as empresas com sede neste concelho que também sairão lesadas.

Se lhe for possível gostaria que nos fizesse também o ponto da situação referente ao número de desempregados que se encontram ao abrigo dos programas de recuperação de emprego nesta autarquia e de que forma está a ser feita a sua distribuição pelo concelho.

Sr. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras membros da Assembleia, senhores membros da Câmara. Antes de mais peço-vos desculpa por estarmos neste espaço mas fazemos de conta que estamos na reunião fora dos Paços do Concelho em Santa Luzia. As razões prendem-se com a obra que está a decorrer no salão nobre, que demorará cerca de 2 meses, com vista à substituição do tecido da parede da sala das sessões e do salão nobre que se encontrava manchado e aproveitou-se também para efetuar algumas alterações à instalação elétrica.

Respondendo agora às questões levantadas pelo senhor deputado Luís Rendeiro, é um facto que temos um conjunto relativamente alargado de edifícios abandonados na cidade. Para além dos que foram aqui mencionados, existe ainda uma meia dúzia deles no centro histórico e mais dois de valor histórico, nomeadamente as igrejas das Concecionistas e do Livramento que precisam de uma solução urgente.

O BANIF, gestor do espaço dos Celeiros, que nos últimos tempos mais tem dado que fazer, foi notificado para proceder à remoção das ruínas que lá se encontram. Neste momento está a decorrer o processo para que se efetue essa remoção e caso o responsável não o faça, a Câmara fá-lo-á e será ressarcida dos encargos dessa remoção de acordo com a lei. O assunto é bastante mais complicado do que a simples demolição dos silos porque terão que ser também demolidos os edifícios envolventes que se encontram sem teto.

Existe um projeto de reutilização do espaço dos laticínios e uma empresa eventualmente interessada; estão a decorrer as negociações necessárias e esperemos que algo aconteça a breve trecho. Estão também em curso negociações a respeito do hospital velho mas desconheço o resultado.

À semelhança do que está a ser feito em relação aos celeiros, se não houver interesse no reaproveitamento do edifício dos laticínios, teremos que intimar à sua demolição, o que ainda não foi feito porque o projeto aproveita uma parte substancial daquela estrutura.

Os restantes edifícios no centro da cidade são prioritários, logo que abram as candidaturas para a reabilitação urbana. A Câmara, em colaboração com as entidades proprietárias das duas igrejas, tem estado a elaborar os respetivos projetos que se encontram quase prontos e estaremos em condições de lançar as obras logo que o financiamento esteja disponível.

No que respeita ao calçetamento foram feitas algumas experiências diretamente pela Câmara em colaboração com a junta de freguesia de Santa Luzia; está feita uma parte substancial da obra e quem quiser pode visitar os passeios. O troço entre a Memória e a zona mais alta da rua da Pereira foi calçetado com recurso a traço seco, as coisas correram bastante bem e a obra ficou boa.

Está também a decorrer o calçetamento do Chafariz Velho onde surgiram problemas inesperados relacionados com as linhas de média tensão e condutas que não se encontram colocadas às profundidades regulamentares. Quando foi removido o pavimento no início da obra apareceu um conjunto de situações que levaram à realização de obras adicionais.

Estamos certos que o mesmo acontecerá um pouco por toda a cidade porque, aparentemente, ao longo dos tempos não foram respeitadas as profundidades regulamentares na colocação desse tipo de infraestruturas. A obra está a decorrer aqui mesmo ao pé e convido os senhores membros da Assembleia a passarem por lá na hora do almoço.

Em resposta às questões relacionadas com a revitalização da ilha Terceira, as câmaras municipais concordaram com a introdução de um conjunto de medidas comuns a ambos os municípios que ficam da responsabilidade da autarquia.

Algumas matérias, talvez as mais importantes no âmbito autárquico para as questões económicas, têm a ver com a redução de custos de contexto; a Câmara de Angra já tinha avançado nesse sentido quando se aprovou na Assembleia Municipal a atual tabela de taxas e está agora agendado mais um conjunto de passos importantes respeitantes à ocupação do espaço público e à publicidade, visando uma enorme simplificação com a redução de custos para quem pretender investir nessas áreas.

Ainda no âmbito da facilitação do investimento, a Câmara tomará ao longo dos próximos meses um conjunto de medidas com vista à celeridade dos licenciamentos. Foi finalmente

colocada em funcionamento a plataforma eletrónica que permite que os mesmos sejam efetuados *online* a partir da casa de cada um, das juntas de freguesia ou de outras entidades.

Será dada a curto prazo uma formação aos funcionários das juntas de freguesia no sentido de lhes fornecermos a mesma aplicação que se encontra em funcionamento no balcão da Câmara para que possa haver um balcão virtual de atendimento em cada freguesia.

Está em curso uma alteração orgânica da Câmara que, infelizmente, não ficou concluída a tempo de ser apresentada a esta sessão da Assembleia mas sê-lo-á certamente na próxima e visa criar um gabinete de apoio ao investimento imobiliário de maior dimensão com uma espécie de linha verde que permita que os investimentos relacionados com a atividade económica possam ter um tratamento mais célere e um acompanhamento mais próximo.

Em conjunto com o Governo Regional, a Câmara Municipal assumiu a criação da «Startup Angra», uma incubadora de empresas no centro da cidade que se encontra em vias de lançamento; foram visitados alguns edifícios para arrendar mas ainda não se chegou a qualquer conclusão.

A Câmara manterá a sua política respeitante a investimentos importantes na área da construção civil, dando continuidade às centenas de pequenas obras que têm sido feitas. Foram aprovados todos os projetos das juntas de freguesia, tendo algumas solicitado já a primeira tranche de pagamento que se encontra em processamento.

Foi processada a primeira parte dos pagamentos referentes aos contratos relacionados com a limpeza e arranjo de espaços para que as juntas possam manter o seu nível de emprego e gerar pequenas obras. No ano passado por essa via foram gastos cerca de 400 mil euros em obras nas freguesias com excelentes resultados e creio que podemos fazer melhor este ano porque, em vez de seis meses, temos o ano inteiro para o fazer e os senhores presidentes da junta que estejam em condições de arrancar podem já solicitar o pagamento da primeira tranche.

Sr. vice presidente da Câmara, José Gaspar Lima: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhoras e senhores deputados. A Câmara candidatou-se à admissão de 200 trabalhadores na primeira fase do programa RECUPERAR e neste momento temos conosco 163. Para a segunda fase, admitiremos em breve 47 operacionais, 26 técnicos superiores e 15 assistentes administrativos, com a entrada de alguns a 27 de fevereiro e outros a 2 de março.

O programa RECUPERAR tem-nos colmatado algumas lacunas em mão-de-obra, permitindo-nos concluir algumas obras. Nesta primeira fase cedemos cerca de 56 operários às juntas de freguesia e tencionamos disponibilizar-lhes mais 16 na segunda fase.

Sr. presidente da Mesa, em tom de brincadeira: – Como referiu há pouco o senhor presidente da Câmara, estando esta sessão da Assembleia a decorrer fora da sede numa freguesia, compete ao senhor presidente da junta tratar do almoço para o pessoal.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Bom dia Exma. Mesa, Exma. Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados. Sendo esta a primeira sessão deste ano e independentemente das divergências e discussões mais ou menos calorosas que possamos ter, o nosso objetivo comum é fazer com que o ano de 2015 seja para os angrenses melhor do que 2014 e corroboro a sugestão do senhor presidente da Mesa relativamente ao almoço que me parece muito interessante.

Segundo percebi pela resposta do senhor presidente da Câmara, as torres de armazenamento dos celeiros e de secagem da PRONICOL são monumentos a manter, devido aos custos, porque ninguém assumirá os encargos da sua demolição; peço que me esclareça sobre este assunto, porque posso ter percebido mal.

A segunda observação que gostaria de fazer, prende-se com a delegação da Terceira da Rádio e Televisão de Portugal. Segundo vimos na imprensa nos últimos dias, houve uma posição da Câmara Municipal, relativamente à renúncia do protocolo que existia para a cedência das instalações da antiga escola do 1º ciclo de S. Carlos à RTP, alegadamente por falta de cumprimento de um conjunto de requisitos pela parte do segundo outorgante.

Há posições assumidas e tornadas públicas, por parte do próprio conselho de administração da empresa em Lisboa, relativas a indemnizações exigidas à Câmara, pelo facto de o protocolo não poder ser renunciado nestes termos.

Assim sendo, pergunto ao senhor presidente em que pé está a situação das novas instalações da RTP na ilha Terceira e que conversações terá havido nos últimos tempos para a tomada de posição da Câmara, quando a RTP diz não entender a renúncia, visto estar a cumprir o protocolo.

Sr. presidente da Câmara: – É óbvio que não permitiremos que os silos dos celeiros lá fiquem para sempre mas a sua demolição é complexa, comporta custos extremamente elevados e quaisquer problemas que poderão existir relacionados com a saúde pública têm a ver com as casas.

Estamos interessados na demolição e limpeza daquele espaço mas a lei não nos permite uma intervenção caso não haja uma urgência que o justifique e a situação terá que ser resolvida por quem adquirir aquele espaço.

Quanto à torre de secagem da ELA, se o projeto em causa avançar para o reaproveitamento de todo o edifício, o assunto ficará resolvido; caso isso não aconteça, teremos que proceder à sua demolição integral.

No que respeita à RTP, a empresa enviou um ofício à Câmara de Angra a dizer que já não quer; se calhar, faz muito bem e o assunto terá que ser resolvido numa última reunião sobre a matéria que espero vir a ter com a nova administração que foi nomeada há poucos dias.

Não há riscos de quaisquer indemnizações porque cumprimos rigorosamente aquilo a que nos propusemos, o que é reconhecido pelo próprio ofício da RTP, mas a Câmara deve fazer-se respeitar porque as coisas não podem funcionar assim e nem a RTP, nem quem quer que seja, está acima de nós.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Antes de mais, quero desejar um feliz ano novo a toda a gente, visto que ainda não tive oportunidade de o fazer, porque não tenho estado presente na Assembleia nos últimos seis meses.

O grupo de teatro *agrupARTE* atuou o ano passado no Teatro Angrense com o espetáculo «Mamma mia», tendo-lhe sido prometida parte das receitas da bilheteira; entretanto o grupo vai iniciar um novo espetáculo daqui a 15 dias e gostaria de saber para quando se prevê a entrega dessa verba, porque o espetáculo está a ser financiado pelos pais dos miúdos que fazem parte do grupo.

A minha segunda questão é a que coloco habitualmente para saber se o senhor presidente nos pode fazer o ponto da situação relativamente ao troço entre a escola Tomás de Borba e o Caminho Novo em S. Carlos. Gostaria de saber se houve alguma evolução nas conversações com o Governo Regional ou se este já apresentou alguma solução para aquele troço antes que aconteça uma tragédia.

Sr. presidente da Câmara: – Em relação ao troço de estrada em S. Carlos, felizmente as coisas tiveram uma evolução positiva, porque o Governo assumiu a urgência em resolver

aquela situação. A obra está colocada no Plano do Governo e no Plano de Revitalização da Terceira como obra prioritária e espero que as coisas avancem.

O senhor Diretor Regional das obras Públicas já acordou na aquisição de um terreno de um dos proprietários, um assunto que se arrastava há muito tempo e vamos aguardar para ver, visto não se tratar de uma obra de responsabilidade municipal.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Concedemos um apoio ao *agrupARTE* para o espetáculo «Mamma mia» e falei recentemente com o grupo que nunca se queixou em relação à bilheteira mas vou verificar o que se passa.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Bom dia senhor presidente da Mesa, executivo camarário, senhores deputados. Gostaria de saber como estão as tais obras preliminares do Centro Interpretativo de Angra que não tinham sido pensadas pelo grande arquiteto e afinal eram necessárias.

O senhor presidente referiu que estava à procura de um espaço para a «Startup Angra»; não faria sentido que ficasse sediada no parque tecnológico da Terceira? É que a Câmara tinha-se disponibilizado para participar no parque e o Governo Regional tem dado claros sinais de que haverá investimento para avançar.

Ao contrário da maior parte das pessoas, considero interessantíssima a estrutura dos silos dos celeiros. Não sendo possível deitá-la abaixo, poder-se-ia lançar um repto aos angrenses à semelhança do que se fez com o concurso de fotografia de florzinhas silvestres que tanta celeuma levantou.

Se queremos utilizar flores silvestres para tapar as montras dos espaços comerciais devolutos, porque não lançar este repto, já que existe agora aquele movimento dos grafitis nas zonas urbanas degradadas?

Caso não haja interesse na aquisição daquele espaço por parte de nenhum privado, em vez de uma demolição total, poder-se-ia lançar um projeto engraçado para uma utilização cultural integrada naquela zona desde que não seja com florzinhas silvestres.

Sr. presidente da Câmara: – Fica a sugestão artística e veremos o que acontece. Estamos à procura de um espaço alternativo que permita o arranque imediato do STARTUP ANGRA que será também uma forma de revitalizar algum espaço na zona histórica da cidade e o início das obras do Parque Tecnológico está previsto para este verão. As obras deverão demorar cerca de um ano e então haverá a transferência de local se tal se mostrar adequado. A Câmara de Angra é parceira, tem participado em todo o processo do parque e participará na sua construção numa modalidade definida em função do projeto e do seu custo.

O projeto do Centro Interpretativo está a ser revisto, devido a um problema de incompatibilidade com uma conduta existente naquela zona e, de forma a viabilizar o investimento, a Câmara negociou com o proprietário a aquisição do espaço que estava em falta. Esta obra não é das mais prioritárias mas, se assim se entender, faremos tudo para viabilizar a sua futura construção e a Câmara adquirirá a curto prazo o terreno existente do lado de cima.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, Exma. Câmara, caros colegas deputados.

Peço ao senhor presidente da Câmara que nos dê algumas informações relativas ao policiamento em Angra, de acordo com o esforço significativo da Câmara na tentativa de solucionar alguns problemas de trânsito na cidade.

Relembro a tão polémica retirada das paragens de autocarros da rua da Guarita, das quais mais ninguém falou, porque as pessoas só falam quando pretendem criticar e me parece que um elogio é complicado e custa dinheiro. A solução encontrada tornou o trânsito incomparavelmente mais fluido e melhorou significativamente a vida de quem tem que circular naquela via, mas parece que a retirada das paragens dos autocarros só serviu para disponibilizar mais espaço para paragens de curta duração.

Por vezes os automobilistas não distinguem a diferença entre parar e estacionar, porque param a viatura com alguém no lugar do passageiro enquanto vão fazer as suas compras ao supermercado Guarita, pensando que o carro se encontra apenas parado, deixando por vezes o trânsito verdadeiramente caótico.

Não se vê ali policiamento, assim como na rua da Sé que há pouco se encontrava caótica quando eu vinha para esta reunião da Assembleia. Entre descargas num supermercado, umas pessoas a levantarem dinheiro no multibanco, outras a visitarem as lojas e carrinhas de transporte de valores paradas em cima do passeio à porta da RIAC, via-se de tudo, exceto polícias.

Gostaria de lembrar que a rua da Sé e a rua da Guarita são as duas principais vias de saída do quartel dos bombeiros de Angra. Um dia assisti a um veículo que não conseguiu fazer a manobra à primeira ao tentar sair para a rua da Guarita porque havia viaturas estacionadas junto ao banco. Após a concentração de algumas pessoas no local, verificou-se que, quem saiu do banco para uma dessas viaturas, foi um polícia fardado.

O senhor presidente referiu há três reuniões da Assembleia que se encontrava em estudo uma solução para a zona da Silveira, onde permanece alguma indefinição relativa ao trânsito. Apesar de saber tratar-se de um assunto delicado, gostaria de saber se houve alguma evolução em relação a essa matéria.

Sr. presidente da Câmara: – O policiamento do trânsito tem sido uma questão difícil. Há, de facto, alguma falta de policiamento, não só nas ruas que o senhor referiu mas também em áreas sensíveis como aquela junto aos correios onde, por vezes, os carros permanecem horas seguidas em estacionamento proibido e estacionados em cima do passeio em várias zonas da cidade.

Gera-se assim um incumprimento generalizado de uma deliberação desta Assembleia de há muitos anos que se encontra mais ou menos esquecida e fixou horários para cargas e descargas no centro da cidade que devem terminar às 08H30 e recomeçar às 16H30 e que raramente são respeitados. Esta matéria foi analisada várias vezes com a polícia mas vamos retomar o assunto.

No que à zona da Silveira diz respeito, há a necessidade de se proceder à reparação do asfalto no troço que a liga aos portões de S. Pedro e quando isso for feito aproveitaremos para proceder a uma alteração no perfil da via com a criação de um obstáculo ao estacionamento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Retomando a questão dos silos, sejam para demolir ou para requalificar, a sua presença desvaloriza aquele espaço e condiciona possíveis futuros investidores, sabendo-se que os custos da sua demolição serão brutais e que nem tão pouco dispomos localmente da tecnologia necessária para tal. Se o proprietário do terreno pudesse mandar aquelas torres abaixo resolveria um enorme problema do concelho.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara não se oporá, com certeza.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Acho que seria importante fazermos aqui uma pequena reflexão em relação ao Plano de Revitalização da Ilha Terceira que necessita de estar aberto, atualizado e melhorado, porque há algumas medidas que o descredibilizam.

O facto de contemplar questões relacionadas com placas toponímicas, desratização ou eletrificação de casas de ordenha provoca alguma perda de credibilidade na base negocial. O plano revela também um conjunto de coisas que ficaram por fazer ao longo dos anos, cuja responsabilidade vai da república ao domínio autárquico. Essa reflexão deve ser feita para que tenhamos uma análise crítica a um plano que deve ser rapidamente posto ao serviço da população.

Está ali previsto um conjunto de incentivos e facilidades no licenciamento e alguma desburocratização, mas devemos ter em conta a atual fragilidade da nossa economia. Verificamos a existência de várias medidas semelhantes às implementadas nas ilhas da coesão que, pela sua fragilidade, não tiveram capacidade de reagir a incentivos desse género.

Preocupo-me com a crise que se vai abater sobre nós. O setor leiteiro sofrerá um impacto ainda maior, porque estamos dependentes de uma só entidade empresarial; temos ainda a questão da Base das Lajes e a nossa economia poderá não ser capaz de reagir.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos referisse as eventuais captações de investimentos ao longo dos anos de geminações do concelho com outras cidades por esse mundo fora. Mais do que o contacto institucional ou ato diplomático, seria importante que essa política de geminações se traduzisse em investimentos e numa entrada de capital que agora necessitamos mais do que nunca.

Com a conclusão da obra da estrada Côrte-real perderam-se muitos lugares de estacionamento. As afirmações do senhor deputado João Santos têm razão de ser mas também revelam essa crise de estacionamento em Angra.

O senhor presidente já anunciou a intenção de criar áreas de estacionamento na zona das avenidas mas seria importante alargá-lo a outros locais da cidade, sobretudo o não tarifado. Alguma falta de civismo aliada a essa falta de estacionamento leva a abusos continuados e a que a ocasião faça o ladrão, como o povo gosta de dizer.

Sr. presidente da Câmara: – Concordo com o que foi dito; o plano tem que ser aberto, temos que potenciar o que lá está e o que deveria estar.

No que respeita à política de geminações, pela definição das Nações Unidas, não se trata de uma política económica mas sim de aproximação, troca de experiências e amizade entre os povos e a maior parte das cidades com as quais Angra está geminada não possui a prosperidade demonstrativa de uma fonte de grandes investimentos. Contudo, algumas cidades são prósperas e nessas esperemos que o investimento seja possível com a colaboração das respetivas autarquias e câmaras do comércio à semelhança do que já acontece em relação a Tulare com a qual foram já estabelecidos alguns contactos que permitam algum intercâmbio em termos empresariais.

Não teremos esse tipo de intercâmbio com Porto Novo ou outras cidades do género que também são importantíssimas mas noutro contexto, porque nem só da economia vive o homem e é importante manter os laços de amizade, cooperação e troca de experiências.

Temos estado a avaliar as diversas situações relativas ao estacionamento na cidade e tem-se verificado a existência de muitos lugares disponíveis resultantes também da diminuição da atividade económica. O estacionamento começa a adquirir um carácter um pouco estranho, porque há lugar para estacionar em praticamente todas as ruas; costuma haver espaço junto à praça de touros e são raras as horas em que isso não acontece no Bailão.

O estacionamento junto à praça de touros não tem a configuração ideal devido à existência de uma pista de *karting* marcada no chão, o que leva a uma ineficaz utilização daquele espaço. Estamos a tentar encontrar uma solução alternativa que permitirá a quase duplicação daquele parque e a reorganização do espaço de estacionamento naquela zona. Talvez isso não

aconteça hoje devido à nossa presença aqui, mas o estacionamento aqui em frente costuma estar vazio praticamente os dias todos.

O estacionamento existe na cidade e há apenas que o encontrar. Há uma enorme falta de informação e de civismo e uma necessidade urgente de se mudar de hábitos, porque estamos a falar de pequenas distâncias; do Bailão à porta da Câmara distam apenas 420 metros.

A perda de estacionamento à beira-mar, debaixo da rocha, aconteceu há três anos, conseguiu-se manter aberto o estacionamento alternativo e os espaços que deveriam ter fechado com a abertura da via, mantêm-se.

A nova área de estacionamento anexa ao Bailão e a outra mais acima dispõem de cerca de 200 lugares; as pessoas não gostam de lá parar os carros e, se calhar, com alguma razão porque o espaço não é dos mais agradáveis por não se encontrar pavimentado mas a verdade é que os 45 lugares que se perderam foram mais do que repostos.

Está prevista uma intervenção na rua Conselheiro José Silvestre Ribeiro, localizada por detrás do Clube Náutico, que criará mais uma bolsa de estacionamento. Se o processo em curso com o Ministério da Defesa tiver sucesso teremos um estacionamento de qualidade naquela zona que substituirá o que se perdeu mas isso depende de uma resposta que tarda em chegar.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Em relação às «*Flores do campo que embelezam a cidade*», não sei se estão a par mas a Câmara Municipal de Ponta Delgada desenvolveu um projeto idêntico a este, muito depois da nossa ideia e foi um sucesso. Tenho pena que tenhamos esta mentalidade da crítica constante e o hábito de ridicularizarmos boas ideias, apesar de apreciar o bom humor aqui na Assembleia.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Recordo ao senhor deputado João Santos que o CDS-PP apresentou em tempos nesta Assembleia Municipal uma proposta de criação de um corpo de polícia municipal que o Partido Socialista recusou.

Visto que estamos confrontados com um novo quadro organizativo, pergunto à Câmara Municipal como estão a decorrer os processos relativos às Sanjoaninas 2015 já que foram anunciadas algumas alterações, nomeadamente no modelo de organização das festas, para que os angrenses não sejam surpreendidos com alguma má notícia.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – No que respeita às Sanjoaninas tudo está a decorrer dentro da normalidade. Há uma alteração que já foi explicada várias vezes e prende-se com a obrigatoriedade das contratações terem que cumprir com o Código dos Contratos Públicos e o séquito real será apresentado depois do carnaval.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

A senhora vereadora referiu que a organização das Sanjoaninas está a decorrer com normalidade mas não me parece que assim seja. Pode fazer-nos o ponto da situação dos *timings* e das eventuais derrapagens em termos de orçamento?

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – O orçamento será semelhante ao do ano passado sem aumento de custos e estimamos poder até reduzir em algumas rubricas.

Sr. d. m. João Santos: – Em resposta à intervenção do senhor deputado Pedro Ferreira, recordo-me perfeitamente que o grupo municipal do Partido Socialista votou contra, assim como eu que continuo a ser contra, pelo menos para já.

Quanto ao estacionamento, podemos tomar como exemplo o que se passa no hospital de Angra e estendê-lo a toda a cidade. Existem ali três parques de estacionamento e mais um subterrâneo com tarifário pago reservado a funcionários; como todos ganham mal,

nomeadamente os médicos, não podem pagar o estacionamento, daí a necessidade de estacionarem à porta das urgências.

O parque de estacionamento do lado esquerdo quem chega ao hospital estava sempre vazio; porquê? Porque é longe! Não sei se dali até à porta da urgência distam sequer 100 metros, mas, pelos vistos, é longe. O parque estava sempre vazio enquanto a entrada da urgência estava transformada num local de estacionamento caótico. Fruto desta nova administração ou da anterior, é certo que o problema ficou resolvido de um dia para o outro com policiamento municipal e a proibição de estacionamento.

Não sei se a PSP tem recursos mas, pelos vistos tem porque estão lá e hoje não se vê um único carro parado no acesso à urgência. Os problemas existem mas as soluções também e há ali lugares para estacionamento assim como em Angra.

A resposta do senhor presidente não foi esclarecedora talvez porque não saiba mais do que isto, mas continuo sem perceber porque não há policiamento na cidade; no hospital também não havia mas houve um dia em que o mesmo apareceu, o estacionamento foi regularizado, os carros estão nos parques e ainda sobram lugares.

Parece-me que há aqui mais um problema de boas vontades e ações por parte de várias entidades do que, propriamente, falta de espaço de estacionamento ou da necessidade de mais um corpo de polícia.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 27 de novembro de 2014 a 27 de janeiro de 2015, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – No que diz respeito às obras em curso da responsabilidade da Câmara Municipal, felizmente a obra da Ladeira Branca está praticamente concluída. Já foi asfaltada a via principal, faltando apenas algumas vias secundárias que ainda sofrem intervenções, esperando-se a sua conclusão nas próximas semanas e a parte que causava grandes problemas quando chovia está integralmente resolvida. A obra terminou com um enorme atraso, resultado das dificuldades da empresa adjudicatária que infelizmente levaram ao seu encerramento.

Uma das obras do Porto Judeu está integralmente concluída, a outra encontra-se em estado bastante avançado e está a caminhar-se para a pavimentação. A parte mais alta já foi pavimentada, está em curso a pavimentação da zona intermédia e a parte mais baixa será asfaltada nas próximas semanas, uma vez concluída a passagem de um cabo de média tensão que a EDA resolveu, e bem, enterrar, em vez de o passar por cima das casas. Fruto das dificuldades do empreiteiro que espero terem sido resolvidas, a obra leva uns meses de atraso uma vez que deveria ter terminado a 24 de outubro.

As obras mais problemáticas que a Câmara tem em mãos neste momento são as do pavilhão do Posto Santo em que surgiram dificuldades graves devido a problemas de projeto da responsabilidade do projetista mas já foi encontrada uma solução que está a ser revista pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil. Se estiver tudo bem, a obra terminará dentro de dois meses; caso contrário, teremos um problema muito sério entre mãos.

A obra da escola de Santa Bárbara tem vindo a decorrer relativamente bem, embora com grande instabilidade, ou seja, surgem problemas praticamente semana sim, semana não, mas até agora todos foram ultrapassados.

As pequenas intervenções que a Câmara está a levar a cabo, que são mais de uma centena, estão a decorrer normalmente no que respeita aos arranjos de escolas, como pinturas, substituição de telhados, janelas, etc.

As obras de maior vulto estão a decorrer no pavilhão multiusos com a substituição integral da cobertura e nos Paços do Concelho, obra esta que implica a substituição do tecido de parede da sala de sessões e do salão nobre como já referi atrás.

No que respeita aos Serviços Municipalizados, a obra do reservatório e da nova rede da Terra Chã tem vindo a decorrer sem quaisquer dificuldades e totalmente dentro dos prazos. Há um conjunto de outras obras associadas à substituição de condutas em zonas que estão a ser asfaltadas no âmbito da rede viária e decorrem a um ritmo normal.

As obras nas estradas também decorrem normalmente mas, infelizmente, temos a lamentar um acidente de trabalho que levou à morte de um trabalhador da Tecnovia, na sequência do derrube de uma parede e conseqüente queda de uma máquina, o que originou a paragem de uma frente de obra. A máquina teve que permanecer no local até à realização de uma peritagem e a continuação dos trabalhos está dependente de uma autorização judicial e da inspeção de trabalho, pretendendo-se reiniciar a obra logo que nos seja possível.

No que respeita a outras frentes de obra, a parte mais complicada situava-se na Ribeirinha e tinha a ver com o asfaltamento e abertura de uma via com grande inclinação e risco de erosão mas foi concluída com sucesso.

Há uma grande intervenção no Porto Judeu que também decorre a bom ritmo, após acordos estabelecidos com os proprietários dos terrenos, sendo possível iniciar nas próximas semanas a intervenção entre o Posto Santo e a Terra Chã.

Para além destas, existem mais cerca de 50 pequenas intervenções a decorrer com toda a normalidade por todo o concelho, à exceção da Feteira onde a obra se encontra parada.

O ano 2014 terminou com toda a normalidade, sem dificuldades financeiras de qualquer natureza e com uma redução substancial da dívida, matéria a analisar com o devido pormenor aquando da apreciação do ponto relativo à prestação de contas. A execução decorreu dentro dos parâmetros esperados, embora não tão boa como eu gostaria, mas já tinha dito no ano anterior que teríamos alguns problemas, em boa parte resultantes de obras não concluídas no ano passado, nomeadamente as do Porto Judeu e Ladeira Branca como já aqui referido.

Passando a outras atividades, em conjunto com a Câmara do Comércio, a autarquia fez um esforço muito grande no sentido de dinamizar a cidade durante o período de Natal, atividade que se revelou bem sucedida, já que os comerciantes reportam uma época boa, apesar da crise económica que atravessamos. As coisas correram bem e a Câmara do Comércio está de parabéns pelo trabalho realizado connosco.

A iluminação pública é uma das questões que nos tem preocupado. Apesar de todos os esforços, a conta não cresceu mas também não diminuiu o suficiente e continuamos a ter um problema. Fez-se uma experiência relativamente alargada de introdução de LED's no Monte Brasil, na Praça Velha e no jardim com resultados satisfatórios e vamos iniciar a substituição na rua da Sé, na rua Direita e na rua de S. João, as que mais energia gastam com cada lâmpada a consumir 250Watts e que serão substituídas por lâmpadas LED de 36 watts de consumo.

Houve um conjunto de reuniões entre os três operadores de iluminação pública da ilha, as duas câmaras e o Governo Regional, no que diz respeito às vias regionais. Foram analisadas

as consequências e chegou-se à conclusão que o horário estabelecido tem que ser melhorado. Antes do próximo inverno teremos que rever os horários e teremos que passar o atual desfaseamento de uma hora para 30 minutos, porque neste inverno tivemos desfaseamento de uma hora em relação ao nascer e ao pôr-do-sol com maus resultados.

Em Angra o desfaseamento manteve-se nos 30 minutos e o maior consumo de energia verifica-se no centro da cidade. O Governo Regional é a entidade mais prejudicada por esta decisão visto que paga 85% das lâmpadas na estrada regional nas zonas rurais. Terá que haver uma aceitação por parte do Governo e, da parte da Câmara, com a substituição das lâmpadas na zona central da cidade, que tencionamos fazer neste verão, teremos condições para voltarmos ao desfaseamento de 30 minutos, o que implica mais uma hora de iluminação por dia que será claramente compensada pela redução do consumo.

Para vos dar uma ideia, a placa central da Praça Velha tinha 1 500 Watts e agora tem 360. Foi ali feita uma redução muito grande, apesar de se ter optado por colocar nas laterais lâmpadas mais fortes do que as que lá estavam. A praça ficou com mais luz e temos uma forte redução no consumo de energia.

Se tivermos em conta a substituição das 40 lâmpadas de 250 Watts da rua da Sé e da Praça Velha por lâmpadas LED de 36 Watts cada, teremos uma poupança suficiente para podermos encarar o assunto da iluminação pública de maneira diferente já no próximo inverno.

No que respeita à utilização de infraestruturas municipais, tem-se vindo a fazer com bons resultados um plano de dinamização, quer do teatro quer deste espaço onde nos encontramos. O teatro tem tido uma excelente afluência na maior parte dos eventos lá realizados e, logo que passe o carnaval, daremos início a um programa de animação com a atuação de filarmónicas e grupos de folclore. Cada grupo realizará um concerto no teatro e outro numa freguesia que não a sua de origem, para que haja também alguma dinamização nas freguesias.

Há mais uma informação importante relacionada com informática e telecomunicações. Conforme previsto, a Câmara já colocou em funcionamento o novo *site*, com alguns problemas ainda por resolver nos acessos, mas as coisas melhoraram bastante. Estou convencido que vamos conseguir criar esses balcões virtuais ao longo dos próximos meses, na casa das pessoas e noutros locais, o que nos permitirá melhorar bastante o atendimento.

A fatura eletrónica e o pagamento da cotização dos bombeiros já está operacionalizada e o concurso de telecomunicações da Câmara permite preços substancialmente mais reduzidos com os *hot spots* previstos, sem custos acrescidos para a Câmara, porque o custo global das telecomunicações vai reduzir substancialmente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Ficou uma questão por referir a respeito do estacionamento desordenado ao pé do castelo de S. João Batista. Há um estacionamento no interior da primeira muralha por parte dos militares e dos civis que trabalham no castelo que deveria ser melhor regulamentado, apesar de não ser da competência direta da Câmara.

No que respeita à atividade municipal, o senhor presidente referiu e bem os problemas que se têm verificado na construção do pavilhão do Posto Santo e na escola de Santa Bárbara, relacionados com a qualidade do projeto ou devido a dificuldades do empreiteiro.

Senhor presidente, preocupa-me o facto de haver sistematicamente problemas com as obras públicas que se fazem no concelho de Angra, sejam elas municipais ou regionais e julgo que deveria haver um cuidado acrescido na qualidade dos projetos, das obras e na forma como as adjudicações são feitas.

Temos vindo a assistir a demoras na execução e à falências de empresas e depois a obra não fica bem feita, com problemas de toda a ordem, o que leva a custos de manutenção e reparações mais frequentes. O senhor veio dizer que se está a proceder à substituição integral

da cobertura do pavilhão multiusos, que é uma construção recente, o que significa que a obra não terá sido feita com a qualidade devida.

A contratação pública está muito regulamentada e há parâmetros legais que devem ser cumpridos, o que responsabiliza os técnicos da Câmara. Estranha-se que os erros de projeto não sejam devidamente detetados e avaliados em sede de concurso público.

Em tempos, quando havia concursos públicos, existia uma prática que moralizava o sistema em que a proposta mais cara e a mais barata eram rejeitadas, o que fazia com que os concorrentes procurassem apresentar projetos mais credíveis.

Não sei o que poderá ser feito no âmbito municipal, no sentido de se evitar este conjunto de obras de má qualidade e de empresas sem capacidade para levarem a obra até ao fim, porque vão à falência devido a orçamentos perfeitamente desenquadrados.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos apresentasse o resultado da vistoria realizada a todas as habitações sociais municipais dos bairros dos Altares, de Santa Bárbara, de S. Bartolomeu, de S. Mateus e da Terra Chã, como é anunciado no relatório da atividade municipal, e nos referisse os valores das dívidas das rendas relacionadas com essas habitações municipais, se a cobrança está a ser possível, qual a percentagem de famílias com rendas em atraso e se alguns moradores estão ou pretendem adquirir essas moradias.

Gostaria de saber o que a Câmara tenciona fazer, tendo em conta que vivemos momentos de crise e há pessoas que não têm condições para pagar as suas rendas, enquanto outras, com possibilidades financeiras, as evitam pagar.

Outro assunto recorrente é a situação da hotelaria. Todos sabemos que o turismo em Angra também está em crise e parece-me que o hotel do Canta Galo continua a meio gás. A obra não está concluída; o hotel está a funcionar e o senhor presidente fez um esforço para legalizar algumas situações, mas possui um conjunto de superfícies inacabadas que deveriam ser destinadas ao comércio.

Gostaria que nos fornecesse mais algumas informações para se evitar um eventual encerramento do hotel a médio prazo e fiquemos com mais um mamarracho, como outros já hoje referidos, e nos fizesse também o ponto da situação da construção da Central de Valorização Energética.

Por fim, indo ao encontro de uma preocupação aqui trazida pelo senhor deputado João Santos, a praga dos ratos no concelho, o grupo municipal do Partido Social Democrata apresentou pela minha mão, à Assembleia Legislativa Regional, um projeto de resolução para que o Governo Regional criasse em conjunto com as autarquias, com os departamentos do Governo, com a Universidade dos Açores, com as associações agrícolas, associações de produtores hortofrutícolas e com outras entidades interessadas, um plano estratégico de combate às pragas urbanas e agrícolas nos Açores.

Esse plano estratégico foi aprovado em comissão de assuntos parlamentares, ambiente e trabalho e desconheço o sentido do voto dos vários grupos parlamentares, uma vez que a maioria das posições foi de abstenção com reserva para discussão em plenário.

A proposta está disponível no *site* da ALR. Parece-me que poderá ser bastante útil um plano à escala regional adaptado à realidade de cada ilha e concelho, capaz de uma gestão e controlo das pragas, de várias formas, além do recurso ao extermínio.

Julgo que a Câmara de Angra poderia levar em conta esta medida, fazer a sua própria avaliação e debruçar-se sobre o assunto, tendo em conta as diversas pragas, desde as térmitas aos ratos, passando pelos mais variados insetos e aves, que afetam o concelho e prejudicam a atividade económica e a saúde pública.

Sr. presidente da Câmara: – As questões aqui levantadas referentes às obras públicas são um problema recorrente sem solução rápida no âmbito municipal. As disfunções do código das contratações públicas são por demais evidentes e creio que todos os operadores de obras públicas têm grandes dificuldades. Apesar de nova, a regulamentação da contratação pública apresenta sérias deficiências e necessita de uma revisão urgente e profunda a nível nacional.

No que respeita à qualidade dos projetos, é verdade que temos tido alguns de muito má qualidade mas temos vindo a rever devidamente os atuais para que estes problemas não se repitam.

Houve um período de falta de revisão destas matérias que levou a gravíssimos problemas. O caso mais complicado que temos refere-se à escola de Santa Bárbara que foi possível ultrapassar, mas levou a que praticamente todo o projeto tivesse que ser revisto em obra, o que nunca deveria acontecer.

A matéria é bastante mais complexa em relação ao pavilhão do Posto Santo. Há um conjunto de matérias que se cruzam na leitura do projeto entre o empreiteiro e o projetista, porque a tipologia do aço adquirido não corresponde à tipologia do projeto e não dispomos de nenhuma informação que nos permita afirmar que o projeto estava originalmente mal feito, mas creio que vamos encontrar uma solução para isto.

Em resposta às questões colocadas sobre a habitação, a Câmara não pode vender as casas que ainda possuem um ónus de inalienabilidade que resultou do contrato com o IHRU para a sua construção. As câmaras que contrataram este tipo de apoio têm que manter as casas na sua posse durante pelo menos dez anos e alguns deles foram utilizados o ano passado.

Nesta altura toda a gente está a pagar as suas rendas mas há quem as tenha em atraso de períodos anteriores que estão a ser pagas em prestações. Esta não é uma matéria fácil porque temos muitos maus hábitos instalados nestes processos difíceis de alterar.

Tínhamos habitações em péssimo estado, algumas sem qualquer tipo de manutenção desde a sua construção. Começou-se pelas zonas mais degradadas e neste momento temos um conjunto de intervenções em curso que visam a sua recuperação, incluindo algumas vandalizadas, para além das condições de habitabilidade de outras sem portas, janelas, sanitas, sem nada.

O nosso parque habitacional ficará em excelente estado ao longo dos próximos meses mas não será fácil a sua manutenção; o pagamento das rendas será um desafio ainda maior e a situação não é fácil de resolver.

Quanto à questão da hotelaria e do hotel, lembro que a Câmara é apenas a dona do terreno. Há três andares intermédios do hotel que se destinavam a turismo de saúde mas a verdade é que a ocupação da parte que está em funcionamento não justifica expansões porque esse e outros hotéis estão dependentes do crescimento económico.

O investimento na valorização energética decorre de uma forma excelente. Está já montada a chaminé e a maior parte da caldeira e está a ser montado o equipamento de lavagem de gases, o que nos leva a crer que concluamos o investimento no próximo mês de agosto, com a possibilidade de iniciarmos testes em setembro, o que significará o cumprimento dos prazos a 100% se não acontecer nada de anormal.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Desenvolvemos um plano de desratização para o concelho. Foi colocada uma estação rateira em todos os pontos de recolha de resíduos e a quantidade de raticida tem sido renovada semanalmente; infelizmente foram vandalizadas cerca de 80 estações que tiveram que ser repostas.

Efetuámos duas intervenções nas ribeiras municipais do concelho com a obtenção de bons resultados e têm sido feitas campanhas de sensibilização por parte da Direção Regional da Agricultura para que as pessoas sejam um pouco mais responsáveis e não coloquem o lixo fora dos recipientes e lembrando a sua obrigação na colocação de veneno nas suas áreas.

Sr. presidente da Câmara: – Para além disto foi também feita uma intervenção na área da engenharia com a colocação de muretes por detrás dos caixotes do lixo para os isolar dos buracos e reduzir o acesso dos ratos aos caixotes, o que tem produzido excelentes resultados. Ainda temos alguns muretes em construção e esperamos isolar até ao verão todos os pontos de recolha de lixo com riscos de entrada de roedores.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Bom dia, Exmo. senhor presidente da Assembleia e restante Mesa, Exmo. senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

A junta de freguesia da Terra Chã congratula-se com a Câmara Municipal pela obra realizada desde o Largo da Igreja à Ladeira da Furna, com intervenção na rede de águas e asfaltagem e também com a ligação de uma parte da Canada do Rolo ao conjunto habitacional. A obra decorreu dentro dos prazos previstos e a Câmara e a junta de freguesia estão de parabéns.

Também nos queremos congratular pelo início dos trabalhos da obra de ligação entre a Boa Hora e a Canada do Talhinha, há muito ambicionada pelas juntas de freguesia da Terra Chã e do Posto Santo.

Gostaria também de enaltecer o senhor presidente da Câmara pela reunião tida com os proprietários daquela zona para que a obra fosse possível, por se tratar de pessoas um pouco complicadas. Em nome da junta de freguesia da Terra Chã, muito obrigado ao senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Muito obrigado também por parte da Câmara.

Sra. d. m. Elsa Costa: – A resposta da senhora vereadora Raquel Ferreira à intervenção da senhora deputada Rita Andrade pareceu-me desadequada. O facto de o jovem do *agrupARTE* não se ter queixado da falta de atribuição da verba, não significa que a senhora não tenha que cumprir com a sua obrigação, uma vez que essa verba tinha sido prometida há cerca de um ano.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Como lhe disse, tenho reunido várias vezes com o António que nunca falou do assunto. Como deve calcular, não trato apenas desse caso e como ele nunca se queixou, assumi que a situação estivesse resolvida mas vou acautelar que isso aconteça rapidamente.

Sra. d. m. Rita Andrade: – O senhor presidente da Câmara admitiu que há maus projetos mas isso não se passa apenas na Câmara de Angra; infelizmente é um problema geral deste país. Assim sendo, pergunto-lhe se o departamento técnico da Câmara e os responsáveis pelas análises das candidaturas estão a ser responsabilizados pelos maus pareceres que dão na aprovação de projetos, causando danos ao orçamento camarário, lesando os munícipes e colocando em causa a sua segurança devido a obras mal projetadas e mal construídas.

Julgo que no Canadá as propostas técnicas são avaliadas antes das propostas financeiras e não sei se, em termos legais, o Código dos Contratos Públicos permite que o mesmo se passe no nosso país. Avaliando a proposta financeira em primeiro lugar, tende-se a optar pela mais barata mas todos sabemos que o barato sai caro e depois acabamos todos por pagar a fatura.

Segundo os cálculos, que estão bem feitos, a execução da despesa é de 81%, como consta no documento da atividade municipal, mas isso acontece à custa do investimento porque a

execução da despesa corrente é de 99% e a execução das despesas de capital situam-se apenas nos 67%.

Ao olharmos para a aquisição de bens de capital, foram investidos menos 3,3 milhões de euros em relação ao que estava inicialmente previsto. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se isto se deve a projetos de fundos comunitários que não foram aprovados nem executados. Caso afirmativo, que projetos são estes e qual a razão para esta baixa execução nas despesas de capital.

Sr. presidente da Câmara: – A análise de obras é feita de acordo com a lei e o problema não tem a ver com a execução técnica da empreitada mas sim com o projeto. A adjudicação tem uma componente técnica mas o problema reside na capacidade financeira das empresas. Um dos problemas que as nossas empresas de construção civil têm é exatamente o excesso de meio técnicos face às obras disponíveis.

A questão dos projetos é a mais problemática e um assunto deveras complexo porque não cabe à Câmara nem aos seus técnicos julgarem o projeto pela segunda vez. Estamos a falar entre iguais porque eles trazem o seu técnico responsável, alguém habilitado que se responsabiliza pela obra e é feita uma análise técnica dos projetos que são posteriormente enviados a uma outra equipa independente para refazer os cálculos. O problema tem a ver com questões de natureza arquitetónica, de conceção dos próprios edifícios, da forma e da estrutura que depois leva a grandes problemas na execução e posterior manutenção.

A escola da Ribeirinha, por exemplo, possui um problema complexo de conceção arquitetónica que leva a problemas gravíssimos de funcionamento, mas essas matérias têm que ser vistas na fase da elaboração do próprio projeto.

Numa análise prévia à execução financeira, acontece que algumas obras com fundos comunitários que deveriam ter sido executadas em 2014 estão a sê-lo agora. O dinheiro que deveria ter sido gasto o ano passado vai apenas entrar em 2015 devido aos problemas de capacidade financeira das empresas.

O pacote de estradas, que deveria estar devidamente orçamentado em 2014 para que o concurso pudesse ser feito, apenas se começou a executar em novembro, devido à candidatura por parte do Governo e ao rateio que teve que ser feito em relação à fase final do quadro. A execução foi excelente do ponto de vista material, com cerca de 80% de execução física e entre os 60 e os 70% de execução financeira, um excelente valor comparado a 2014.

Estou convencido que 2015 será bastante melhor, porque não teremos a transição de quadros, embora possa vir a ser um problema se as candidaturas do DREPA não abrirem rapidamente. Temos um conjunto de obras que vão ser financiadas com a alteração orçamental de hoje e que ficam dependentes da sua aprovação; enquanto as candidaturas não abrirem, não podemos lançar os concursos e as coisas podem atrasar.

A execução de 2014 foi exemplar, tudo se fez na altura devida e o que não decorreu dentro do prazo deveu-se a fatores terceiros fora do controlo dos serviços municipais.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Há uma questão que tem levantado alguma celeuma e achei que devia colocá-la aqui para perceber o que se passa. Há pouco tempo houve a revisão das taxas de resíduos e percebi na altura que haveria uma alteração pela via da bonificação, ou seja, ninguém seria obrigado a fazer a recolha seletiva mas quem o fizesse teria uma bonificação sem a alteração das taxas máximas.

Não sei se haverá aqui uma falta de comunicação e se as pessoas estão a ser devidamente esclarecidas das suas obrigações, porque há duas semanas fui abordada por uma pessoa que abriu um espaço comercial em Angra na área da restauração que me disse que há dois anos já

era obrigada a fazer a recolha seletiva e teve que comprar um contentor adequado para o efeito que, sendo grande e único, não permitia a separação de resíduos.

Essa pessoa disse-me ainda que este ano fora informada de que os detentores dos espaços comerciais teriam que comprar uns sacos com *chips* para avaliação da tonelagem. Achei que a história estaria mal contada, o que significa que as pessoas não estão a ser corretamente informadas.

Perguntei-lhe: «Disseram-lhe isso?» Respondeu-me que tinha passado por ali uma pessoa que deixou um contacto para que se deslocasse aos Serviços Municipalizados e falasse com a engenheira que lhe explicaria melhor, mas acabou por nunca explicar. Disse-me ainda que não entendia a subida de escalão se não tinha alterado os seus procedimentos.

Segundo parece, houve quem tivesse subido de escalão mantendo exatamente a mesma quantidade anual de resíduos. Gostaria que o senhor presidente da Câmara me esclarecesse tudo isto que me parece um pouco incoerente.

Sr. presidente da Câmara: – Não há alterações em relação às taxas de resíduos mas sim a possibilidade de redução. Poderá haver mudanças de escalão em função da produção de resíduos e essa pessoa poderá ter aumentado a sua produção. As pessoas podem subir ou descer de escalão consoante o volume de resíduos que produzam e todos os estabelecimentos comerciais são obrigados a fazê-lo o que já existe há muitos anos. Poderá haver um problema de mau entendimento da questão, porque deveria possuir três caixotes em vez de um há vários anos.

Houve uma tentativa de se estudar a possibilidade do uso de sacos nalguns locais de estabelecimentos pequenos com pouco espaço disponível. Não se tratava de um chip mas sim de um desses RFID para identificar o saco, o que só será feito se houver necessidade disso. Quem pagar o saco está a pagar a taxa e não tem que voltar a pagar os resíduos. De qualquer modo pode dizer à pessoa para ficar descansada que não haverá sacos nos próximos meses. Faltando informação, faça o favor de se deslocar aos Serviços ou à Câmara ou fale comigo que explicarei com todo o gosto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Uma pequena achega ao que foi dito pelo senhor presidente da Câmara a respeito das candidaturas e do DREPA. Julgo que, numa altura como esta e por todas as razões que temos discutido, não há razão para que o Governo Regional não abra as candidaturas para não atrasar as obras que dinamizem o concelho e faça aqui o apelo para que a autarquia faça a pressão necessária nesse sentido.

Está certo o que o senhor presidente referiu quanto à legislação nacional e ao Código dos Contratos Públicos mas o mesmo não acontece no que respeita aos ajustes diretos. Estamos a pagar muitas asneiras do passado por causa da política de ajustes diretos desta Câmara que hoje recaem sobre todos nós e sobre o atual executivo camarário com consequências na qualidade das obras executadas.

Tem havido má fiscalização dos projetos. Quando as obras são atribuídas com preços demasiado baixos, existe a tendência para alguma fraude nos materiais, na qualidade do aço, dos betões utilizados, etc., etc. Tudo isso está a vir ao de cima na obra pública e no esforço de manutenção exigido à autarquia.

Quanto ao hotel do Canta galo, está bonito, está! O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

No que respeita às pragas, percebo que haja medidas do Governo Regional e medidas da autarquia, mas parece-me não estarem a resultar porque não possuímos dados estatísticos nem formas de aferir da sua eficácia. A Câmara Municipal tem a impressão de que as coisas estão a resultar, mas não me parece que assim seja, porque recolhi um conjunto de pareceres de

diversas entidades que foram comunicados à Assembleia Legislativa Regional no que diz respeito ao combate às pragas que passo a elencar: os ratos, os pombos, as térmitas, os pardais, as gaivotas, as baratas, o escaravelho japonês, a mosca da fruta, a lagarta da pastagem, etc., etc., etc. O senhor presidente da Câmara foi secretário do ambiente e sabe que temos um autêntico jardim zoológico de pragas na região, uma realidade incontornável que não vai lá com empirismos.

Pretende-se um mecanismo eficaz de monitorização e controlo dessas pragas, senhora vereadora. Basta fazer uma visita ao jardim do senhor deputado João Santos para se ver que não está a resultar; ele pode mostrar-lhe uma fotografia de carabina à procura dos ratos.

Estas questões devem ser tratadas com serenidade e não se pode responsabilizar apenas os municípios pela sua falta de cuidado. É preciso perceber que não existe uma política integrada e concertada dos mais variados agentes para que se evite que um município desratize ou desinfete o seu prédio e o vizinho não o faça.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores e senhores deputados.

Gostaria de reconhecer o sucesso das atividades de Natal e a dinâmica vivida na cidade naquele período e deixar à consideração se não se deveria replicar este modelo por outros períodos do ano com a mesma intensidade, dinâmica e articulação com a Câmara do Comércio, porque no período da Páscoa, por exemplo, prevê-se um afluxo de turistas como aconteceu o ano passado com os espanhóis e os estudantes regressam à ilha.

Se a cidade se tornar mais atrativa nestes períodos e se atrairmos à cidade as crianças que se encontram de férias, a cidade teria outra vida e seria criada alguma riqueza. Penso que não deveríamos adiar este tipo de iniciativas para o ano que vem, porque é urgente dinamizar o centro da cidade e trazer movimento e riqueza para o nosso comércio.

Ficaria esta proposta para o período da Páscoa. Temos algum equilíbrio por altura das festas Sanjoaninas e algumas campanhas de verão mas deveríamos replicar a ideia para o período do outono.

Sr. presidente da Câmara: – É uma excelente sugestão mas, obviamente, não podemos fazer campanhas como a que se fez na altura do Natal, que foi muito intensa e cara, mas podemos fazer outras. Está previsto um plano de ação conjunto com a Câmara do Comércio que cobre outros períodos do ano em que desenvolveremos outras campanhas, embora menos intensas.

O Natal revelou a atratividade da cidade e tivemos dias com milhares de pessoas em Angra, o que significa que devemos aproveitar essa capacidade mais vezes ao longo do ano de parceria com a Câmara do Comércio. Creio que os nossos comerciantes beneficiaram muito das atividades desenvolvidas no período do Natal, apesar do enorme pessimismo e das dificuldades económicas.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Têm-se vindo a registar alguns abusos de mau gosto no centro de Angra em fachadas de edifícios, nomeadamente no Solar dos Remédios, em que uma das paredes do lado da famigerada obra parada da biblioteca pública está repleta de grafitis e julgo que existem umas inscrições da FLA numa casa junto à igreja de S. Pedro.

Sei que não é da responsabilidade da Câmara mas sugiro que essas entidades sejam notificadas para regularizarem essa situação porque me parece uma falta de cuidado deixar a fachada do Solar dos Remédios naquelas condições.

O velho adágio popular diz que «janeiro fora cresce uma hora» mas a EDA passou a acender as luzes uma hora mais tarde. Se antes estávamos às escuras às 18H15 agora ainda é de noite às 19H15 e continuamos às escuras.

Já se falou aqui de turismo, de baixas ocupações e de hotéis a funcionarem a meio gás. A curto prazo entrarão em vigor alterações ao nível do modelo de transporte aéreo regular entre os Açores e o continente, a rota da Terceira deixou de estar abrangida por um serviço público e andamos a servir de engodo para interesses mais altos.

Sendo certo que a SATA deu a entender que irá reforçar a sua operação, é também certo que estamos a pagar 300 euros para sairmos da Terceira, ou seja, basicamente o mesmo do que anteriormente e não me parece que tenhamos qualquer benefício com este novo modelo.

Pergunto: que diligências terá a Câmara de Angra feito junto de quem gizou este plano e utilizou a ilha Terceira para liberar as rotas para os Açores, o que quer que isso signifique, e que garantias terão os terceirenses de um serviço regular a preços apetecíveis resultantes de tais liberalizações?

Sr. presidente da Câmara: – Por acaso eu já tinha reparado nos grafitis que referiu, já se falou com quem de direito e espero que desapareçam rapidamente.

O dossiê do transporte aéreo é complexo e do meu ponto de vista ainda não está completamente clarificado; só entenderemos este puzzle quando conhecermos as obrigações do serviço público nas ligações internas e como tudo deverá funcionar. O regulamento refere que, não havendo nenhuma empresa interessada na rota da Terceira, serão mantidas as obrigações do serviço público.

As câmaras da Terceira reuniram com o Governo sobre essa matéria e tivemos a oportunidade de reunir também com todas as câmaras municipais do grupo central e ocidental do arquipélago que se mostraram interessadas no assunto. Estamos a acompanhar a questão de perto e pronunciar-nos-emos quando alguns aspetos estiverem clarificados.

1.2 – Primeira revisão ao Orçamento e GOP'S de 2015 da Câmara Municipal, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Está a ser feita no orçamento da Câmara e dos Serviços Municipalizados a inscrição das verbas comunitárias às quais nos podemos candidatar no ano 2015. Estamos a completar o orçamento do ano que foi aprovado antes da publicação do regulamento comunitário respetivo, colocando as verbas nos seus devidos lugares.

Os orçamentos mantêm a sua estrutura, os objetivos continuam os mesmos e há apenas a introdução de cerca de 2 600 000,00 € em ambos os orçamentos, o que corresponde às receitas comunitárias que esperamos ter este ano porque tudo isso dependerá do período de candidatura.

As verbas que deveriam ter sido gastas em 2014 e transitaram para 2015 acabarão por resolver o problema orçamental do ano. De qualquer maneira, esta é uma operação meramente contabilística. Já o sabíamos quando aprovámos o orçamento há uns meses mas estamos a inscrever as verbas que entretanto foram disponibilizadas após a aprovação do orçamento.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Primeira Revisão ao Orçamento e GOP's de 2015 constantes do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (5 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.3 – Primeira revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados, para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Posto votação sem que se registassem intervenções, o documento foi aprovado por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.4 – Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos a Atividades de Interesse Municipal, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Este regulamento, assim como o que está agendado a seguir, careciam de revisão e deveriam estar sistematizados no nosso código de posturas mas, dada a urgência destas matérias, a Câmara concluiu que devia avançar de imediato com a sua substituição sem prejuízo de ser feita a respetiva codificação mais tarde, porque começámos a ter uma dispersão de regulamentos um pouco excessiva.

Juntámos dois regulamentos: o que normalmente era conhecido pelas atividades culturais e o do Conselho Municipal de Cultura que funcionava no âmbito do aconselhamento da extinta CULTURANGRA e agora passa para o âmbito municipal.

A proposta contém estas duas operações. Na primeira há uma simplificação de regulamento com a eliminação e algumas questões burocráticas que dificultavam o concurso, clarificando algumas tabelas de pontuação, porque havia sobreposição de critérios que tornavam a apreciação complexa, esclarecendo a questão dos períodos de candidatura, que de dois passam a um único período no ano anterior para o ano seguinte, o que vem resolver uma das principais críticas a respeito da aprovação tardia das candidaturas, que passam a ser feitas em setembro ou outubro, para que os apoios possam ser atribuídos em janeiro do ano seguinte e as entidades beneficiárias possam executá-las de imediato.

Quanto ao Conselho Municipal de Cultura estamos a cumprir o que constava do nosso manifesto eleitoral, o alargamento deste Conselho que passa a ter uma composição semelhante à do desporto com assento de todas as entidades com atividade no concelho de Angra. O Conselho alarga-se, democratiza-se e passa a ser muito mais aberto.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhora Câmara, senhores membros da Assembleia.

Senhor presidente da Câmara, permita-me dizer-lhe que, em nosso entender, este regulamento de apoio às atividades de interesse municipal não está muito bem feito, desde logo porque está demasiado simplista ao referir no seu artigo 1º que vai disciplinar a concessão de apoios a particulares. Depois, no nº 2 do artigo 1º introduz o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura e não faz sentido que assim seja.

No artigo 8º vemos critérios gerais de seleção onde não nos aparece um júri para selecionar estas candidaturas que depois são submetidas ao presidente da Câmara ou ao vereador. Quem elabora o relatório que submete as candidaturas ao presidente da Câmara ou ao vereador?

No nº 2 do artigo 9º aparece-nos uma pontuação, que é somada com um elevado grau de subjetividade, baseada numa fórmula demasiado simplista suscetível de criar situações discriminatórias com as candidaturas.

No anexo 1, ponto 2, vemos que só beneficia deste ponto quem tiver apresentado projetos no ano anterior. Sendo a fórmula destes critérios apenas a soma total, quem apresentar a candidatura pela primeira vez, fica prejudicado em relação a quem a tiver apresentado no ano anterior.

Deve ser criado um regulamento tão transparente quanto possível. Deveria haver um júri constituído por pessoas da área que fizesse uma análise e apresentasse um relatório fundamentado e acessível a qualquer candidato, no âmbito do direito do acesso aos

documentos administrativos e da transparência da administração, que depois seria submetido ao senhor presidente da Câmara ou ao vereador para o despacho final.

Percebo a intenção de se evitar uma manta de retalhos legislativa mas isto acaba por ser um órgão consultivo da Câmara. Estas duas questões farão com que votemos contra este regulamento.

Sr. presidente da Câmara: – A análise das candidaturas será feita pelos serviços municipais respetivos. A Câmara possui os seus técnicos e serviços e vai utilizá-los, não fazendo sentido que recorramos a terceiros. Os júris sempre foram nomeados dentro da Câmara, a divisão fará o respetivo relatório e a decisão será validada por deliberação de todos os senhores vereadores em reunião de Câmara.

Das duas vezes que esta matéria passou pela Câmara foi possível aprovarmos por unanimidade, porque chegámos todos a acordo, que estava bem assim e teremos sempre a possibilidade de debater e resolver esta matéria. Não se trata de dar a um vereador ou ao presidente da Câmara o poder absoluto sobre a matéria que será aprovada por decisão da Câmara.

A opção de privilegiar as candidaturas de continuação já vinha no regulamento anterior que continha dois itens sobre a mesma matéria. Além desse privilégio, eram atribuídos mais pontos aos projetos anteriores que tinham corrido bem. Precisamos de manter alguma estabilidade entre os promotores de atividades de interesse municipal.

O que está aqui é uma ponderação que aumenta o valor da candidatura de quem já executou a atividade no ano anterior, para fomentar a continuidade dos projetos. É dada uma segunda prioridade a quem concorre pela primeira vez mas é natural que assim seja porque, quem deu provas de que é capaz de fazer, deve continuar a ser apoiado prioritariamente.

A opção de juntar os dois regulamentos é meramente operacional e o objetivo final será juntar os 12 regulamentos num só, o que se tentará fazer com a devida sistematização ao longo dos próximos meses. Há um conjunto de outros regulamentos que precisam de ser aprovados; é mais fácil aprovar isto às partes e depois juntar tudo sistematizando-os devidamente.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Reitero o que foi dito pela deputada Alódia Costa e Silva e acrescento que esta fórmula não tem qualquer ponderação. Usando a sua lógica dos pontos, no ponto 1, se for apresentado pela primeira vez um projeto sem interesse para o município por quem já tenha um projeto submetido, no ponto seguinte receberá 100 pontos.

Se as coisas se passarem exatamente ao contrário, um projeto de 100 pontos, considerado de elevado interesse para a região, não recebe qualquer pontuação no ponto seguinte por ser apresentado pela primeira vez. A ponderação aqui não existe e pode levar a situações discriminatórias, correndo o risco de se deixar de fora um projeto de interesse municipal.

No artigo 19, onde estão definidas as competências de um regimento de funcionamento, não faz sentido ficar sob um chapéu de regulamento de apoios. Por todas estas razões o CDS-PP votará contra este regulamento.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Eu percebo a lógica do senhor presidente quando justifica esta questão do ponto 2 nos critérios de avaliação e fala em projetos de continuidade. Faz sentido que um projeto apresentado no ano anterior para uma atividade natalícia que tenha corrido bem, receba esta prioridade como projeto de continuidade e seja valorizado em relação a outros mas é preciso esclarecer a questão colocada pela deputada Graça Silveira.

Esta distinção entre projetos de promotores novos, que podem ser de todo o interesse para o município, e segundos projetos completamente diferentes, apresentados pelos mesmos promotores, não faz qualquer sentido.

Sr. d. m. Miguel Borba: – Bom dia, cara Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

O Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos a Atividades de Interesse Municipal visa clarificar, desmaterializar, simplificar e desburocratizar as candidaturas de interesse municipal. Com esta iniciativa pretende-se encorajar as associações no desenvolvimento sociocultural em pareceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. O grupo municipal do Partido Socialista votará favoravelmente o regulamento ora em discussão.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos a Atividades de Interesse Municipal constante do Ponto 1.4 foi aprovado por maioria com 26 votos a favor (24 do PS, 1 do PSD e 1 do d. m. independente), 4 abstenções do PSD e 10 votos contra (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.5 – Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda Política e Eleitoral do Concelho de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Este regulamento visa substituir o existente desde 2008, porque a versão anterior provou não ser a mais adequada, por estabelecer uma burocracia excessiva motivadora do seu incumprimento generalizado; o regulamento era tão rigoroso e cheio de regras que acabavam por não ser cumpridas pela generalidade dos operadores económicos do concelho.

As alterações de publicidade numa montra ou noutra local qualquer dependiam de licenciamento municipal mas, com o andar do tempo, as pessoas deixaram de o fazer e a publicidade que hoje temos na cidade não está de acordo com o regulamento em vigor, o qual deixou de estar em concordância com a lei, porque, em 2011, foi publicado o decreto-lei nº 48/2011, o chamado licenciamento zero, que veio alterar profundamente o enquadramento desta matéria e a assembleia não fez o necessário acompanhamento.

Em 2011 e depois em 2012 tentou-se aprovar um regulamento referente à ocupação do espaço público, em particular por esplanadas e estrados, que nunca chegou a ser apresentado à Assembleia Municipal; aí, o decreto de licenciamento zero veio introduzir profundas alterações, não estão refletidas no artigo 9º do código de posturas que diz respeito a esplanadas, razão pela qual se tornou necessária esta alteração.

No âmbito do plano de revitalização, por força da sua importância económica, verificou-se uma enorme urgência na resolução desta matéria que introduz a redução de um conjunto de custos de contexto relativamente pesados para os comerciantes do concelho, embora pouco significativo do ponto de vista das receitas, porque as taxas cobradas acabam por ser ridiculamente pequenas; havia muito trabalho e demasiada burocracia para se pagar 1,29 €.

Este regulamento introduz um enorme grau de liberalização na publicidade, deixando de carecer autorização municipal todas as formas de publicidade que não ocupem o espaço público, ou seja, as que se façam nas montras, portas, etc. e as que não ocupem o espaço público de forma permanente, como por exemplo a distribuição de panfletos que passa a ser livre, desde que não seja utilizada amplificação sonora por razões de controlo de ruído.

Com este regulamento também se clarifica a questão dos *outdoors* cuja colocação fica proibida na zona classificada. Inclui-se ainda o esclarecimento sobre as tipologias de publicidade, com um conjunto de definições que vêm acabar com algumas diferenças de interpretação.

É introduzida também neste regulamento uma norma sobre a competência para licenciamento de publicidade, mesmo nas vias regionais, que, por via do decreto-lei nº 48/2011, passou para a competência da Câmara. Este decreto atribui aos municípios a responsabilidade pela autorização de *outdoors* em vias que não são propriedade sua, com a necessidade de um parecer da entidade que detém a sua posse, o que permitirá resolver algumas situações na circular, que começa a ficar forrada deste tipo de publicidade em algumas zonas, estabelecendo um máximo de 5 painéis na aproximação de cruzamentos e rotundas.

São ainda aqui reguladas com algum pormenor outras matérias relacionadas com a instalação de esplanadas, que passou a ser livre nos espaços privados, obrigando ao licenciamento quando ocupem o espaço público. Estas normas têm um conjunto de restrições adicionais dentro da zona classificada da cidade, segundo o que consta do Plano de Pormenor e Salvaguarda.

Em suma, este regulamento remove um conjunto grande de custos de contexto no que respeita à atividade económica do concelho, em particular nas áreas da publicidade, e esclarece as competências do município em matéria de licenciamento.

Provavelmente não haverá qualquer impacto do ponto de vista financeiro, porque deixaremos de cobrar as taxas reduzidas e passaremos a cobrar as taxas dos *outdoors* colocados nas vias regionais, podendo um lado compensar o outro.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Confesso que não tive tempo para ler este regulamento em profundidade mas, pelas explicações dadas pelo senhor presidente e pela leitura diagonal que tive oportunidade de fazer, sinto-me tentado em deixar algumas sugestões.

Penso que o ideal e mais simpático seria um *outdoor* em cada canto de um cruzamento, ou seja, um máximo de 4, e deveria ser proibida a sua colocação em duas rotundas de Angra do Heroísmo, uma opinião também partilhada pelas cores que aqui defendo.

Uma dessas rotundas é a que se encontra junto ao estádio João Paulo II, no início da via Vitorino Nemésio, que é ao mesmo tempo a entrada da cidade com aquele símbolo da UNESCO que transmite a quem nos visita a informação de que somos cidade património mundial. Existe tanto *outdoor* naquela rotunda que o símbolo passa totalmente despercebido, apesar de, felizmente, retirada a monda que o rodeava, se tornar mais visível, mas é insuficiente.

A outra rotunda onde deveriam ser proibidos os *outdoors* é aquela mais abaixo, com o monumento ao touro, também apelidada de rotunda da praça de touros. Sei que a rotunda não se encontra na zona classificada mas está localizada na chamada zona de proteção à zona classificada.

Sr. presidente da Câmara: – A fronteira atravessa o eixo da via. Um lado está, o outro não.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – De vez em quando há uns ventos que rebentam com aquilo e ficam para ali uns cangalhos, uns ferros velhos pendurados. Penso que a Câmara deveria intervir para uma entrada na cidade um pouco mais digna e nenhuma empresa ou partido político haveria de ficar prejudicado por não ter ali um *outdoor*.

Pelo que percebi são permitidas facilidades às pessoas, porque a regulamentação anterior era um pouco abusiva ao obrigar à aquisição de uma licença por parte de quem quisesse mexer na sua montra. A situação daquela loja do ouro fica completamente resolvida...

Sr. presidente da Câmara: – A montra fica mas o exterior não.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – É isso que quero dizer, ou seja, é necessária uma licença para salvaguardar aberrações como aquela.

Sr. presidente da Câmara: – Além das normas deste regulamento fica também sujeita às da zona classificada.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Julgo que, a páginas tantas, é dito que os materiais que compõem os *outdoors* não podem ser compostos por materiais não biodegradáveis, apelando por isso aos conhecimentos do senhor presidente da Câmara sobre esta matéria.

Sr. presidente da Câmara: – O n.º 2 do artigo 6.º diz exatamente o contrário.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Peço desculpa; por isso comecei por dizer que apenas fiz uma leitura diagonal deste regulamento. Digo isto para que não sejam colocadas mais dificuldades às empresas que trabalham com este tipo de materiais, porque as telas desses *outdoors* não são biodegradáveis.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados.

Visto que este regulamento tem impacto sobre a atividade económica, pergunto se foram ouvidos alguns parceiros, nomeadamente a Câmara do Comércio e se houve algum parecer sobre o assunto.

Sr. presidente da Câmara: – Foi ouvida a Câmara do Comércio.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – A bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente este regulamento que nos parece incentivador da atividade económica. Parece-nos bem esta preocupação da Câmara ao atualizar um regulamento que estaria a desincentivar os nossos agentes económicos e passa assim a ser um instrumento facilitador e solidário com a atividade económica. Atendendo ao que foi aqui dito e reconhecendo a preocupação em termos paisagísticos que o próprio regulamento também prevê, está aqui salvaguardado o impacto ambiental.

Tendo em conta o que foi dito pelo senhor deputado Pedro Ferreira e sendo certo que devemos acautelar essa sua visão, é também certo que não podemos ter sempre o melhor de dois mundos. Penso que será necessário algum bom senso na utilização dos espaços para quem pretende utilizar uma publicidade um pouco mais agressiva, porque precisa de clientes para dinamizar os seus negócios e o regulamento já limita o número de *outdoors* a afixar em cada cruzamento ou rotunda.

Terminada a apreciação do Ponto 1.5, o Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda Política e Eleitoral do Concelho de Angra do Heroísmo foi aprovado por maioria com 26 votos a favor (24 do PS, 1 do PSD e 1 do d. m. independente), 4 abstenções do PSD e 10 votos contra (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.6 – Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Este plano já foi objeto de ampla discussão pública. Foi realizada uma sessão na Câmara do Comércio em Angra do Heroísmo, outra na Praia da Vitória, esteve disponível nas páginas da internet das três entidades intervenientes, ou seja de ambas as câmaras municipais e da Câmara do Comércio, e também já foi presente ao Conselho de Ilha realizado esta Semana.

O plano visa basicamente orientar o desenvolvimento da ilha Terceira ao longo das próximas décadas. Estamos na primeira fase do processo, que aponta um conjunto de linhas orientadores a explorar, havendo trabalho a ser feito neste momento no sentido de as desenvolver e aprofundar.

O que se pretende desta Assembleia Municipal é a apreciação e aprovação deste documento, para que passe a constituir também um elemento orientador da atividade municipal no concelho de Angra, esperando-se que também o seja para a Praia da Vitória e para a Câmara do Comércio e seus associados.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Este documento refere que: «*O modelo de desenvolvimento económico da região autónoma dos Açores não tem sido especialmente favorável à Terceira.*» Quando li isto apeteceu-me bater palmas porque, se há coisa com a qual eu concorde neste documento, é precisamente isto.

«*A ilha Terceira terá mais vantagem competitiva se conseguir construir uma identidade própria dentro da estratégia de desenvolvimento regional.*» Ora, em termos de promoção de Angra património mundial, estão previstos pouco mais de 8 mil euros do orçamento regional, enquanto para a vinha da ilha do Pico se prevê um valor a rondar os 810 mil euros.

O documento continua dizendo que «*o modelo económico é ineficaz, devido a opções políticas tomadas em meados da década de 90, relativamente ao modelo de transporte marítimo.*» É preciso esperar 20 anos para se descobrir isto?

Votá-lo-emos favoravelmente, porque é como o *Melhoral*, se não faz bem também não faz mal e porque não queremos ser acusados de votar contra algo relacionado com o desenvolvimento desta ilha, mas este documento não é mais do que uma coleção de lugares comuns de tudo e mais alguma coisa que poderia ser aqui colocado.

Duvido que o melhor gestor do mundo fosse capaz de executar este plano devido à sua margem de abrangência que é absolutamente espantosa; parte do documento vai num sentido e, a páginas tantas, é orientado no sentido inverso. Não se percebe exatamente qual a estratégia para a Terceira, algo que me preocupa profundamente.

Algures no documento conclui-se que é necessário desenvolver várias atividades nas fileiras tradicionais, o setor primário, considerando a Terceira um território privilegiado para a localização de atividades científicas e de investigação e a necessidade de desenvolver um turismo diferenciado. Lendo isto, pergunto: onde anda a feira agrícola que é uma fileira tradicional da Terceira, uma obra prometida em 2004? Está entregue aos bichos.

Como está a obra do laboratório veterinário que é uma promessa de 2000? O que é feito da fábrica de laticínios, preconizada pela Associação Agrícola há uns anos, que seria uma forma de a lavoura deixar de depender de uma única entidade económica e que não mereceu o apoio do Governo?

Na área das atividades científicas e de investigação temos o Parque Tecnológico, uma promessa claramente enferrujada de 2008; na mesma linha, o Centro de Radioterapia previsto para a Terceira migrou para outro sítio.

Se falarmos no desenvolvimento do turismo diferenciado baseado na nossa cultura, a obra da biblioteca pública, que se arrasta desde o milénio passado, visto tratar-se de uma promessa de 1998, está literalmente entregue às traças e o Terminal de Cruzeiros, que seria o mote de desenvolvimento do turismo diferenciador para Angra do Heroísmo, afundou. Pelos vistos não se avizinha nada de bom para o desenvolvimento da ilha Terceira.

Dispo-me agora de papéis partidários e deixo este apelo ao Partido Socialista, que governa o arquipélago e esta ilha, para que pense no futuro dos nossos filhos. Temos aqui o presidente da Assembleia e o presidente da Câmara que são do PS, temos o presidente da JS regional e temos ainda um deputado do PS que não se encontra cá hoje. Peço-lhes que pensem no desenvolvimento desta ilha.

Temos algures uma coisa que se chama o PREIT que, entre arremessos de programas para incentivo às empresas, mete duas eletrificações de casas de ordenha, depois fala da formação, mete mais três eletrificações de casas de ordenha e noutra formação refere mais cinco eletrificações de casas de ordenha.

Não percebo como isto vai revolucionar a Terceira, porque é mais uma mistura de lugares comuns que não leva a lado nenhum e diz-se que é importante a alteração das regras municipais da venda ambulante. Justiça seja feita ao senhor presidente, porque se há coisa de que ele não se coíbe é de fazer regras e regulamentos. Muitos de vocês, que são pais, pensem no que querem para o futuro desta ilha, porque não vamos lá com este plano estratégico.

Reparei num pormenor do PREIT referente à formação e requalificação dos funcionários da Base Aérea, que possuem mais formação do que os de cá de fora, facultada pelos americanos nos Estados Unidos, inclusive nas universidades onde vão fazer cursos de curta e média duração.

Se fosse necessária alguma requalificação, ela poderia ser prestada pelos funcionários da Base das Lajes aos de cá de fora, mas preconizam-se 16 milhões de euros durante dez anos para os funcionários da Base.

Admitindo que metade dos trabalhadores partirá para a reforma, a outra metade terá que estudar na universidade durante 32 anos a gastar 20 mil euros por ano por pessoa, mais do que ganha um trabalhador em Portugal durante um ano. Isto é deitar dinheiro fora numa manta de retalhos que não leva a lado nenhum, por isso apelo ao PS que olhe para isto com muita atenção.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. O grupo municipal do Partido Socialista vai votar favoravelmente este plano estratégico, porque é de louvar esta iniciativa conjunta de ambos os municípios da Terceira.

Se me permitem um aparte, as jornadas intermunicipais também revelam uma maior proximidade entre ambos os municípios que, apesar de serem da mesma cor partidária, de algum tempo a esta parte não se tinham sentado regularmente à mesma mesa. Infelizmente agora, devido às questões da Base das Lajes, surgiu a necessidade de uma maior unidade inter-ilha e as críticas que têm surgido acabam por refletir uma certa desunião da ilha e da região no que respeita ao planeamento estratégico do nosso futuro.

Este é um documento genérico que trata de aspetos gerais e da caracterização geográfica da ilha nos últimos tempos, traça algumas linhas orientadoras de futuro mas está desatualizado nalguns pontos, mercê das recentes tomadas de decisão referentes à Base das Lajes. Enquanto aguardamos pelos resultados da comissão bilateral, este plano deve manter-se aberto às diversas contribuições e em contínua transformação.

Sr. d. m. António Félix Rodrigues: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente e membros da Câmara, senhoras e senhores deputados.

Este Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira saiu em junho de 2013, quando já se conhecia um conjunto de infraestruturas que nunca chegariam a ser construídas, o que quer dizer que alguém se esqueceu de alguns pormenores quando copiou vários planos do governo socialista e os colou aqui sem qualquer preocupação com a estratégia de desenvolvimento sustentável para a ilha Terceira.

Estamos todos de acordo com a necessidade de um plano estratégico para a nossa ilha, mas não concordamos que o mesmo seja exclusivamente socialista porque o que aqui está é uma mera visão do PS. Quem representa a juventude nos dois concelhos e na ilha e que instituições

foram convidadas a participar nas estratégias de desenvolvimento? É aqui que este plano peca mas é melhor este do que nenhum.

Há que envolver os terceirenses na busca de consensos e compromissos, fazendo o que se preconiza há muitos anos e se entende como «Agenda 21». Cada vez esquecemos mais os cidadãos e nos lembramos dos políticos com posições partidárias.

Este plano é um diagnóstico com falhas que pretende conceber uma estratégia e apontar um determinado caminho, mas quem o ler e conhecer a nossa realidade verá que faz sentido apenas pela metade. Como estamos na primeira fase, esperemos que a segunda seja bem-sucedida.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Como referiu o senhor deputado Félix Rodrigues, este documento remonta a junho de 2013 e, por contactos tidos com os mais variados parceiros sociais, foi unânime a assunção de que o mesmo não foi tido em conta pelos últimos planos e orçamentos regionais.

Mais do que as questões de conteúdo deste documento, é importante perguntar porque é que a ilha Terceira precisa de um plano estratégico, de revitalização ou de ambos; precisa porque todas as políticas regionais e locais que afetam o desenvolvimento da ilha têm falhado redondamente.

A quem governa não tem faltado a legitimidade do voto popular, as maiorias absolutas e o controlo das instituições e do investimento e não tem faltado dinheiro jorrado dos fundos comunitários, que não existiam no século passado.

Há que pôr a mão na consciência. A questão da presença dos americanos na Base das Lajes é a cereja em cima de um bolo de várias camadas. Assiste-nos a todos a responsabilidade para resolver este problema mas há um rumo e houve quem pilotasse o barco.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Gostaria de dizer que gostei muito do plano e antes de o executar é necessário fazer um diagnóstico porque que nos dá uma visão global dos problemas da ilha Terceira.

Aceito a crítica de que possa estar desatualizado por se tratar de um plano a médio prazo mas não concordo que seja considerado um plano partidário visto que estão aqui referidas as entrevistas realizadas a todos os intervenientes e instituições que nada têm a ver com partidos.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – Em representação desta assembleia na reunião do Conselho de Ilha da passada sexta-feira tive a oportunidade de expressar a minha opinião a respeito deste documento. Nesse mesmo dia, eu, o senhor presidente da Câmara e outras pessoas assistimos a um debate televisivo onde, curiosamente, o senhor vice-presidente do governo disse a um jornalista que, quando não se quer fazer mais nada, anuncia-se um plano ou cria-se um grupo de trabalho.

Não deixa de ser paradigmático que estejamos aqui a discutir um plano de desenvolvimento estratégico feito pela AGESPI, simultaneamente com um PREIT (Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira) feito pelo Governo, porque a frase do início deste documento, que bem citou o senhor deputado Francisco Câmara, diz tudo.

As questões de planeamento são caras a esta bancada. Há um ano, com o argumento de que este plano de desenvolvimento estava a ser feito, o Partido Socialista chumbou uma proposta do CDS-PP para a elaboração de um planeamento estratégico do concelho a 20 anos e agora a senhora deputada Marília Vargas diz não perceber porque este é considerado um plano partidário mas vou explicar-lhe, senhora deputada.

Por mais que o contrário seja afirmado por pessoas com responsabilidades aos mais diversos níveis, existe aqui um conjunto de dados estatísticos indicadores de que a crise há muito está instalada na ilha Terceira.

Temos uma população cada vez mais envelhecida, o que nos cria problemas demográficos a médio e longo prazo que conflitarão com os sistemas de proteção social. Segundo este plano, apresentamos piores indicadores de saúde do que no continente português, apesar de beneficiarmos de um novo hospital construído a partir de uma parceria público-privada que nos custará mais de 370 milhões de euros ao longo dos próximos 30 anos.

Temos pior poder de compra do que a média nacional e a população pobre ou muito pobre da ilha Terceira é superior à equivalente no continente português, para não referir que estes dados têm um prazo de validade expirado há 4 ou 5 anos porque reportam a 2011.

Este plano apresenta outras conclusões estranhas para não dizer confrangedoras. Refere a construção da tal fábrica de laticínios da Terceira, sempre considerada um nado morto, e fala de dependência energética quando todos sabemos que o primeiro projeto geotérmico dos Açores se destinava à Terceira com forte apoio e financiamento dos norte americanos mas acabou tudo fora daqui.

Está escrito no plano que, por uma complexidade técnica e financeira, o Centro de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira vai demorar 20 anos a ser desenvolvido, quando sabemos que o único interessado no espaço era a fábrica de radio isótopos, mas a ISOPOR está montada na NONAGON na Lagoa em S. Miguel. Curiosamente, o parque de tecnologia daquela ilha, prometido depois do da Terceira, já foi inaugurado, está a funcionar e precisa de ser ampliado.

A este diagnóstico quase dramático, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Terceira soma aparentes soluções que, se não fossem cómicas, dariam para emigrar, porque copia, replica, reproduz e insiste em objetivos e estratégias de outros planos, de outros estudos e de outras orientações em que apenas os socialistas acreditam, porque se trata dos próprios planos das governações socialistas.

Estamos perante estratégias de desenvolvimento que não resultam da análise económica nem da realidade preocupante em que nos inserimos, mas sim das orientações de médio prazo 2013-2016 do governo socialista, do plano de ordenamento turístico do governo socialista, dos planos de ordenamento da orla costeira dos governos socialistas e da agenda para a criação de emprego e competitividade empresarial dos governos socialistas.

Este plano, pelas suas próprias conclusões, prova que o governo socialista que governa os Açores e a Câmara de Angra há quase 20 anos e há muito está na Câmara da Praia da Vitória, tem governado mais para a satisfação das clientelas político partidárias e para a manutenção do poder pelo poder do que para promover um efetivo desenvolvimento económico, social e estratégico da ilha Terceira.

Excetuando as referências feitas, como aquela citação de há pouco no «Plano Açores Logístico» feito pela Câmara do Comércio e por um conjunto de socialistas ligados aos transportes e às acessibilidade, penso que está completamente provado porque é que este é um plano partidário, senhora deputada Marília Vargas; basta ver a orientação dada no final do documento para pôr em prática a estratégia definida. É a criação de uma associação de coordenação do desenvolvimento da ilha Terceira, mais um organismo bem ao jeito socialista.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Esclareço a senhora deputada Marília Vargas que não fui eu mas sim o senhor deputado Rogério Sousa quem referiu que este plano estaria desatualizado. Eu disse que o mesmo não passava de uma coleção de várias opções e não apontava claramente uma estratégia para a ilha Terceira. Se a senhora conseguir apontar-me aqui dois ou três pilares fundamentais para o desenvolvimento da nossa ilha, fico-lhe agradecido.

O senhor presidente da Câmara disse que esta seria a primeira fase; vamos aguardar para ver se, no seu todo, o plano acabará por apontar claramente o eixo estratégico para os agentes económicos, para os poderes políticos e para a população desta ilha que não possui uma linha de desenvolvimento estratégico à semelhança do que acontece com algumas das ilhas açorianas.

Sr. presidente da Câmara: – Não deveria intervir, por se tratar de um debate eminentemente partidário a decorrer no âmbito dos grupos municipais, mas a intervenção do senhor deputado Pedro Ferreira levou-me a repensar a minha posição para lhe dizer que, sendo socialista ou não, o povo da Terceira já lhe respondeu à pergunta por 6 a 4. O senhor está no sítio em que está devido a esse tipo de discurso da falta de esperança, da falta de alternativas e do «bota abaixo» porque, para si, está tudo mal.

Como o senhor não tem a minha idade, não pode ter a minha memória. Disse isto ao seu vizinho do lado na reunião do Conselho de Ilha mas vou repeti-lo a si, embora com alguma moderação.

Quando esses governos socialistas, que o senhor considera danosos e o povo os tem como positivos, chegaram ao governo, este centro onde nos encontramos era uma praça em ruínas. Esta ilha não tinha estradas, nem eletricidade nem escolas capazes. Os senhores acham sempre que se fez o que não se deveria ter feito e que não se fez o que deveria ter sido feito. É o discurso profundamente deprimente de quem se mantém eternamente na oposição colado às esferas exteriores do processo político e mais não sabe dizer senão mal.

Desse lado não há alternativas. Os senhores ficaram presos no passado, pegados a coisas que mais ninguém vê. O povo tem dito sempre o que pensa dos senhores na Terceira, em particular, e, no Faial, já lhe deu a resposta diretamente, senhora deputada. Não vale a pena continuarem com esse discurso que nada mais é do que a lamúria de quem é incapaz de ter uma visão estratégica para resolver problemas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Se dúvidas houvesse, quando à ausência de argumentos perante a situação dramática em que se encontra a Terceira no contexto regional, a argumentação do senhor presidente da Câmara ao comparar-se com a realidade de há 20 anos revela a total incapacidade de se comparar consigo próprio e com as próprias falhas.

É lamentável mas o senhor presidente não chegou a responder ao que faltou. Se estamos onde estamos e tudo correu assim tão bem, porque é que precisamos de planos especiais de revitalização e de planos estratégicos de desenvolvimento? O que é que faltou?

Sr. presidente da Câmara: – Porque queremos ainda mais. Quadruplicámos o PIB mas queremos continuar a crescer.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Oh, senhor presidente! Os seus apartes não devem ser feitos com o microfone ligado, tal como os outros. Se está tudo assim tão bem, só aumenta a responsabilidade de V. Exas. em ajudarem a resolver o problema.

Vou lembrar-lhe outra coisa: espírito democrático como o seu, discursos como o seu e oposições como a que somos obrigados a fazer, também não são novidade porque aconteceram há 20 anos. Já que o senhor tem cabelos brancos para se lembrar de umas coisas também se deveria lembrar do que aconteceu quando houve tiques autoritários desses e um «agarrar» ao poder como agora. Os terceirenses também estão a ver e nada dura para sempre.

Por muitos defeitos que possam vir a ter, o problema não está nos planos que não têm faltado nos últimos 10 anos; o que tem faltado é a sua execução e regulamentação. Independentemente da nossa maior ou menor concordância ideológica, a planificação na região até nem tem sido má; a capacidade de aplicar é que tem sido péssima.

Não tenho dúvidas de que os planos socialistas criticados pelo deputado Pedro Ferreira seriam executados de outra forma se fossem aplicados por um tipo de gente diferente com diferentes formas de abordar os problemas sem os vícios dos 20 anos de poder.

Mais importante do que apontar os defeitos deste plano, é desafiar V. Exas. e a vossa capacidade de o porem em prática, porque a população que todos representamos está sedenta de resultados. Como já o dissemos, vamos aprovar este plano com os seus defeitos e virtudes, mas, se o povo vos escolhe há 20 anos, esperemos que também vos responsabilize.

Sr. d. m. Pedro Ferreira: – A minha intervenção será curta e grossa. O debate estava a ser feito em termos partidários e foi nesse contexto que eu intervim; não esperava suscitar tamanho refluxo em v. Exa. e não aponte uma única crítica à governação socialista.

Não falei em obras prometidas que não foram feitas; disse que estamos a perspetivar o futuro, ao discutirmos um plano de desenvolvimento estratégico da ilha Terceira, baseados em documentos de governos que governam a região desde há 20 anos e nos colocaram na situação em que nos encontramos hoje. Não se trata de mais obrinha ou menos obrinha, mais estradinha ou menos estradinha.

Se temos os atuais indicadores socioeconómicos na ilha Terceira e nos Açores por causa do modelo de desenvolvimento que nos trouxe até aqui e o nosso planeamento futuro se basear nesse modelo, com o devido respeito, não quero esse futuro para mim nem para os meus filhos. Se eu quiser migrar não tenho melhor alternativa que a Terceira, porque as ilhas estão todas assim.

Não é uma questão de vir para aqui fazer *politicazinha* partidária, se bem que o discurso estava nesses termos; o que está em causa é o modelo de desenvolvimento que nos conduziu à situação atual. Se nos basearmos nele para planearmos o futuro estaremos a planear muito mal.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Se não estamos na melhor situação a nível de ilha ou do arquipélago, não estamos sozinhos. Não é que isso nos sirva de consolo mas não nos podemos esquecer que vivemos uma conjuntura europeia e mundial complexa de crise em vários domínios.

Devemos estar unidos enquanto agentes participativos deste nosso município e da nossa ilha, porque, além de traduzir a união entre os dois concelhos, este documento reunirá decerto o consenso desta assembleia.

Sendo um documento estratégico, contém três eixos importantes e pressupõe uma união transversal que reforçará a posição da nossa ilha no arquipélago e eventualmente no país, a médio e a longo prazo, podendo traduzir-se na criação de riqueza para nós e para as gerações seguintes.

O plano reforça e aponta vários indicadores no que deverá ser um incentivo aos privados e à dinâmica económica. Enquanto membros municipais, devemos assumir um papel de berço, de incentivo e de criação de condições para uma economia sustentável, também ela baseada na capacidade dos nossos empresários atuais e dos que virão.

No nosso papel comunitário, enquanto cidadãos e deputados, devemos fomentar dinâmicas ao nível do privado para a criação de riqueza e o aumento do produto interno bruto sustentado na fixação da nossa população. Se formarmos jovens profissionais com qualificação e os fixarmos a trabalhar nesta ilha, como está previsto e salvaguardado no plano, mais sucesso terá o nosso desenvolvimento.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores deputados municipais. Tanto concordamos com a importância desse apelo à união que começámos este debate por dizer que votaríamos favoravelmente.

A nossa posição, em relação a este plano e ao outro que vem sendo falado secundariamente, é de crítica construtiva, porque estamos preocupados com a Terceira. Não sei se toda a gente respondeu com o mesmo apelo à união, mas a nossa postura em querer o bem para a ilha não significa que não se tenha passado nada, que devemos ficar calados e que tudo esteja bem. Se nos pedem ajuda, temos de dizer o que pensamos construtivamente e cá estaremos para continuarmos o nosso contributo de colaboração na segunda fase do plano.

Posto à votação, depois de concluídas todas as intervenções dos membros inscritos, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira constante do Ponto 1.6 foi aprovado por unanimidade.

1.7 – Relatório de Gestão da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, relativo ao 3.º trimestre de 2014, para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara: – O relatório que vos foi presente para apreciação, referente aos três primeiros trimestres do ano passado, mostra a boa saúde financeira da TERAMB e a boa evolução da obra que lhe está associada. A empresa está a ter um bom desempenho, quer na vertente de funcionamento, quer na vertente de investimento. Creio não haver preocupações para o município e, pelo contrário, podemos manifestar a nossa satisfação pela evolução da empresa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão da TERAMB.

1.8 – Deliberação da Câmara Municipal sobre a redução dos efetivos norte-americanos, dos trabalhadores civis e dos prestadores de serviços da Base das Lajes, para apreciação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Mesa: – Os senhores deputados têm conhecimento do texto aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e já divulgado pelos órgãos de comunicação social.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Julgo que este texto acaba por ser muito semelhante ao que foi debatido no Conselho de Ilha na passada sexta-feira, com questões que mereceram o nosso desacordo e levaram a uma limpeza de arestas propostas nessa reunião, as mesmas que eu tencionava propor neste documento, mas não será possível visto o mesmo ser aqui apresentado apenas para conhecimento da Assembleia.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – O ponto 7 exige ao Governo da República que os edifícios integrados na Base das Lajes que serão devolvidos às autoridades portuguesas o sejam imediata e integralmente ao Governo dos Açores.

Já ouvi o senhor presidente da Câmara da Praia da Vitória alertar para os brutais custos de reconversão daqueles edifícios relacionados com esgotos, eletricidade e segurança, porque as casas não possuem contadores elétricos nem de águas e os esgotos estão direcionados para as estações de tratamento norte americanas, isto para não falar da minha área de negócio. Estes custos de conversão são enormes, se tiverem que ser suportados pela região.

Terminadas as intervenções, a Deliberação constante do Ponto 1.8 foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Eleição de um presidente de junta de freguesia e respetivo substituto, tendo em vista a representação das juntas de freguesia deste Município no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

- Eleitos por escrutínio secreto o presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia José Machado Santos e como suplente a presidente da Junta de Freguesia da Sé, Maria Cecília Costa, com 36 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra.

2.2 – Declaração de repúdio pela redução dos efetivos norte-americanos e da consequente redução dos postos de trabalho na Base das Lajes.

Sr. presidente da Mesa: – «A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida no dia 09 de fevereiro de 2015, decide tornar públicas as seguintes posições relativas ao momento que a ilha Terceira atravessa, devido à anunciada redução do número de postos de trabalho na Base das Lajes:

1 – Lamentar as declarações de alguns dirigentes de órgãos representativos de organismos que deveriam ser responsáveis nas suas apreciações relativas à situação socioeconómica de cada uma das ilhas da nossa região. Só se pode entender tais declarações reveladoras de um total desconhecimento da história recente e das consequências para as ilhas de Santa Maria e Flores aquando da reformulação da política aérea e do encerramento da estação francesa de rastreio.

2 – Considerar incompreensível que se veja, num documento que não tira nada a qualquer ilha, uma ameaça ao desenvolvimento dos Açores. Não se pode afirmar que se compreende a situação criada com a redução dos efetivos militares da Base das Lajes e, ao mesmo tempo, dizer: “mas também queremos um plano de revitalização”. Sabendo-se que os consumos dos norte-americanos na ilha Terceira são tributados, daí resultando receitas próprias da região que revertem a favor de todas as ilhas.

3 – Recordar que as contrapartidas decorrentes do acordo bilateral assinado entre Portugal e os Estados Unidos da América não beneficiaram de forma direta a ilha Terceira, porque foram sobretudo, e naturalmente bem, atribuídas às forças armadas, para além das verbas consignadas à FLAD que, durante largos anos, esteve claramente de costas voltadas para os Açores.

4 – Considerar da maior importância tomar conhecimento dos estudos encomendados pela FLAD sobre o impacto da redução de militares na Base das Lajes e qual o preço pago ao respetivo autor.

5 – Manifestar a sua perplexidade sobre a atitude aparentemente irreduzível assumida pelos Estados Unidos da América uma vez que, em nosso entender, do ponto de vista militar a Base das Lajes não perdeu importância estratégica dado que, entre outras valências, continua a ser fundamental para a vigilância e proteção do atlântico sul.

Finalmente, a Assembleia Municipal manifesta a sua satisfação pela publicação do Plano de Revitalização da Ilha Terceira, esperando que os governos da república, regional e dos Estados Unidos, cumpram a parte que lhes cabe por forma a minimizar as consequências de uma decisão precipitada e irresponsável.»

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Declaração de repúdio constante do Ponto 2.2 foi aprovada por unanimidade.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 – Proposta de Recomendação do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de serem dadas orientações à TERAMB para que passe a disponibilizar à entrada do aterro intermunicipal um contentor apropriado ao depósito dos cadáveres de animais.

Sra. d. m Maria da Graça Silveira: – Atendendo ao esforço enorme que tem sido feito para a implementação de todas as medidas de autocontrolo na cadeia agroalimentar, para fazer cumprir as diretivas europeias no sentido de serem evitados focos de contaminação e possamos usar o tal conceito «do prado ao prato», não faz sentido que os donos de animais mortos nas explorações entrem com as suas carrinhas e façam o depósito dos cadáveres diretamente nas bolsas do aterro sanitário intermunicipal. Se as carrinhas entram contaminadas com organismos patogénicos devido aos cadáveres dos animais, muitas vezes mortos por doença, saem do aterro com contaminações adicionais.

É verdade que existem uns pequenos aspersores à entrada. Contudo, são claramente insuficientes para uma descontaminação adequada, porque o seu raio de ação apenas atinge a parte exterior das rodas, não chegando a descontaminar a parte inferior das carrinhas.

A prática corrente, de acordo com a legislação, obrigaria a um rodilúvio que é um equipamento caro e pensamos que uma solução sem encargos de grande monta para os serviços seria a colocação de um contentor à entrada para a colocação dos cadáveres, ficando a cargo dos funcionários a sua descarga na bolsa.

Sr. presidente da Câmara: – Esta proposta parece razoável e já foi equacionada pelos próprios serviços. Acontece, porém, que há alguma dificuldade em manusear os cadáveres e em disciplinar as saídas, porque, se toda a gente utilizasse a saída adequada, lavando o carro no lugar certo, este problema teria uma dimensão menor. Infelizmente impera a falta de civismo e há quem saia do aterro sem parar, porque acha que não tem tempo, etc.

Acho que podemos aceitar a proposta, apesar da situação mudar radicalmente a partir de setembro, porque deixarão de ser enviados animais para a bolsa, passando a ser depositados no fosso da incineradora.

Sra. d. m Maria da Graça Silveira: – O contentor poderia ser colocado ao lado da medição de carga.

Sr. presidente da Câmara: – Deve estar afastado daquela zona devido ao cheiro e à contaminação. Trata-se de uma questão de boa educação e de civismo. Na sequência desta proposta falei com o funcionário em causa. Felizmente a maioria das pessoas é compreensiva mas, de vez em quando, aparece alguém que acha que pode fazer o que lhe apetece e sai sem lavar as rodas da viatura. Apesar disso, ficaram recomendações no sentido de se apertar ainda mais o cerco.

Sra. d. m Marília Vargas: – Também andei a investigar e foi-me dito que o sistema de lavagem é bom mas há lavradores que não fazem a limpeza adequada dos seus veículos. Como disse o professor Álamo, trata-se de uma situação temporária; à partida as infraestruturas estarão prontas em setembro e isto vai acarretar custos mas, se a situação está nesse pé e as pessoas não cumprem, não teremos qualquer problema em votar a favor esta proposta.

Não se registando mais intervenções e posta à votação a Proposta de Recomendação constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta da 13H09M do dia 09 de fevereiro de 2015, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz